

Filosofia e Ética

Filosofia e ética

Patrick Trento

INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR

Patrick Trento

- Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)
- Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Sobre o Autor

O autor é mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e licenciado em História pela mesma instituição. Atualmente, é doutorando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), atuando na área da História das Masculinidades. Possui vínculo efetivo com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), no quadro do magistério, como professor de História.

INTRODUÇÃO DO LIVRO

Caro(a) aluno(a), este livro pretende trazer temas éticos que perpassam a atuação profissional e a sociedade atual. Para isso, você será convidado(a) a aprender e, acima de tudo, a refletir sobre diversos conteúdos que contribuirão para a sua formação.

Na primeira unidade, você vai conhecer alguns aspectos filosóficos que envolvem a Ética e, posteriormente, verá como esse conceito relaciona-se com o campo profissional. Será apresentado o que é um Código de Ética Profissional e suas principais finalidades. Posteriormente, você conhecerá algumas discussões éticas de diferentes áreas profissionais, por meio, também, dos Códigos de Ética dessas profissões. Será abordada, também, a relação entre ética e consumidor, tendo destaque o Código de Ética do Consumidor no Brasil e o Conselho Nacional de Autorregulamentação da Publicidade. Por fim, veremos uma breve discussão acerca da falibilidade humana: estamos todos nós sujeitos ao erro?

Você entrará em contato, na segunda unidade, com as contribuições de diversos pensadores que refletiram sobre os valores éticos na vida humana em sociedade. Aristóteles, Santo Agostinho, Immanuel Kant, Jean Paul Sartre, Karl Marx e Hegel são alguns dos filósofos que nos auxiliarão a refletir sobre diversos temas: o papel da coletividade em nossas ações individuais; os limites da liberdade; a responsabilidade dos sujeitos; e diferentes possibilidades de compreendermos o mundo em que vivemos.

Veremos, na terceira unidade, discussões sobre a Filosofia e a Ética na área Política. Estudaremos como Platão, Aristóteles, Hobbes, Maquiavel e Rousseau compreendiam a Política e veremos que alguns deles, chamados de contratualistas, propunham a existência de um contrato social para a vida em sociedade. O pensamento de John Locke e a proposta de divisão de poderes de Montesquieu também estarão presentes. A partir dos conteúdos apresentados, discutiremos sobre o sistema político brasileiro e os impasses que podem ocorrer na promoção de mudanças no país. No final da unidade, veremos algumas ameaças constantes à democracia, nos exemplos de alguns regimes autoritários, como o Nazismo, o Fascismo e o Stalinismo.

Em nossa quarta unidade, você será convidado a ponderar sobre diversos temas éticos presentes na sociedade contemporânea. Veremos consequências positivas do aumento do consumo, como o conforto e o acesso a itens, bem como consequências negativas, como os prejuízos causados ao meio ambiente. Você verá algumas discussões que envolvem o uso de robôs e máquinas em nossa sociedade, discussões essas que trazem preocupações, como a possibilidade

de aumento do desemprego. Veremos, também, outros temas, como a possibilidade de guerras biológicas (com a constante ameaça ao terror que sofreremos), o desenvolvimento da Engenharia Genética, a possibilidade de serem criados humanos geneticamente modificados e a busca pela longevidade e eterna juventude. Por fim, será trazida uma discussão bastante pertinente, que contempla, também, todos os conteúdos presentes neste livro: existem valores morais e éticos válidos universalmente?

Este livro pretende fazer um convite para que você, aluno(a), embarque em um universo de reflexão. Os conteúdos abordados são pertinentes para a sua formação e atuação profissional, além de contribuir no seu desenvolvimento crítico como sujeito. Portanto, esperamos que você, além de conhecer esses conteúdos, proponha-se, também, a discutir e refletir sobre eles.

Bons estudos!

UNIDADE I

Ética e profissão

Patrick Trento

Introdução

Nesta unidade serão abordados as concepções acerca do conceito de Ética e os principais objetivos desse campo de conhecimento. Posteriormente, veremos como o conceito de Ética relaciona-se com a prática profissional, reflexão considerada necessária, também, no processo de formação e não somente no exercício do trabalho.

Veremos o que são os Códigos de Ética Profissional, como são elaborados e suas principais funções. Nem todas as profissões possuem um Código específico, mas as discussões sobre ética são pertinentes em todas as áreas. Serão destacados alguns direcionamentos básicos específicos para diferentes áreas profissionais e os Códigos de Ética Profissional que regem essas áreas.

Considerando que um profissional, além de saber os direitos e os deveres relativos à sua área, deve, também, estar atento aos direitos dos sujeitos que contratam seus serviços, serão apresentadas algumas diretrizes do Código de Defesa do Consumidor.

Por fim, tendo em vista que alguns profissionais podem realizar ações que não estejam de acordo com as diretrizes do Conselho e Código de Ética de sua área, será realizada uma breve discussão sobre a falibilidade humana.



Fonte: rawpixel / 123RF.

A ÉTICA NO CAMPO PROFISSIONAL

A palavra Ética encontra-se, muitas vezes, presente em nosso cotidiano. Talvez você já tenha ouvido ou falado expressões como: “isso é falta de ética”, ou “você (não) é uma pessoa ética”. Contudo, caso alguém lhe pergunte: “o que é Ética?”, você, talvez, tenha dificuldade em dar uma definição, isso porque não existe, apenas, uma resposta para essa indagação, e sim uma série de discussões que abarcam esse tema.

No uso comum, a palavra Ética assume o papel de abarcar costumes e ações consideradas adequadas e corretas. No campo científico, ela assume, também, o *status* de estudos e reflexões científicos e/ou filosóficos e, por vezes, teológicos sobre as ações humanas. A Ética também pode ser compreendida como a ciência da conduta humana, um campo que se debruça a refletir sobre o comportamento moral das pessoas em sociedade.



Figura 1.1 - Ética e profissão

Fonte: Bakhtiar Zein / 123RF.

A Ética aborda o estudo da moral. O objetivo da Ética, de acordo com Srour (2005, p. 306), é estudar a “[...] moralidade, os fenômenos morais, os fatos sociais regulados por normas morais ou submetidos a avaliações morais”.

Nesse sentido, Srour (2005) pontua que as regras de comportamento e os julgamentos sobre o bem e o mal, o certo e o errado, o justo e o injusto, o virtuoso e o indigno, o legítimo e o ilegítimo, são questões convencionadas e partilhadas socialmente.

Os valores que conduzem o comportamento dos sujeitos dependem do contexto social e cultural no qual estão inseridos. As ações dos indivíduos são pautadas em um sistema de regras e normas sociais. Os Códigos de Conduta Social norteiam a forma como as ações humanas são consideradas e julgadas.

A Ética enquanto ciência da moral, segundo alguns autores, surgiu na Grécia Antiga, com o filósofo Sócrates, que se empenhou em constituir um método chamado de Maiêutica, que tinha como objetivo buscar, dentro do homem, a verdade.

FIQUE POR DENTRO

As ideias de Sócrates tiveram muita relevância e influência no campo da Filosofia, a ponto de a Grécia Clássica ser dividida em período pré-socrático e período pós-socráticos. O curioso é que Sócrates não deixou nenhuma obra escrita. Os responsáveis por tornar suas ideias conhecidas foram seus discípulos, sendo Platão o mais conhecido deles.

A visão de Ética nas ideias atribuídas a Sócrates reside no conhecimento e em vislumbrar na sociedade o fim da ação. A Ética é responsável por preparar o homem para conhecer a si mesmo, pois, para o filósofo, o conhecimento é a base para o agir ético.

Para saber mais, acesse: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/a-etica-socratica/>>.

Acesso em: 31 jan. 2019.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O termo Ética na Grécia Antiga, de acordo com Gonçalves e Wyse (1997), compreendia os juízos sobre o bem, a justiça e a verdade dos cidadãos. Vale destacar, também, que, para a sociedade grega da época, as pessoas escravizadas, as mulheres e as crianças não eram consideradas pessoas que podiam tomar decisões. Sendo assim, os debates sobre a moral eram realizados, apenas, por parte da população.

Ainda segundo Gonçalves e Wyse (1997), ocorreu um rompimento do vínculo entre ética e política na sociedade medieval. Com o poder exercido pela religião, as normas passaram a ser sistematizadas pela Igreja Católica. Essa mudança, segundo os autores, acabou gerando, de certo modo, uma desvalorização da autonomia e uma deliberação humana, minimizando a responsabilidade dos sujeitos, uma vez que a religião era utilizada como explicação para os acontecimentos.

O cristianismo tem a fé e a caridade como virtudes e também influenciou bastante as concepções acerca da moral e da ética de diversas sociedades, com ideias opostas, como bem e mal, inferno e céu, sagrado e profano.

Para essa forma de compreender o mundo, Deus possui a função de julgar as ações humanas, classificando atitudes que poderiam ser reprovadas ou acolhidas. A culpa também funciona como um mecanismo de controle, que consegue agir como “[...] juiz, implacável na avaliação, que tira a paz dos indivíduos, fazendo como que eles paguem por suas faltas” (GONÇALVES; WYSE, 1997, p. 21).

Na Idade Moderna, a classe burguesa emergente fundamentava-se na valorização do trabalho enquanto ação capaz de honrar os sujeitos. Nesse momento de grandes mudanças econômicas e sociais, eram realizados estudos sobre ética no contexto do trabalho. Com a consolidação do capitalismo, surgiram, também, reflexões sobre os limites da tecnologia e da ciência e de que forma elas poderiam influenciar a vida dos seres humanos.

Para Saldanha (1998), diversos acontecimentos no século XX contribuíram para abalar noções de ética e moral, com eventos como as guerras mundiais, o uso de bombas nucleares em Hiroshima e Nagasaki, o regime nazista, os campos de concentração, dentre outros.

Essa retrospectiva foi realizada com o intuito de evidenciar a compreensão de como o campo do trabalho articula-se com aspectos pessoais e comunitários dos sujeitos. Talvez você esteja se perguntando: Por que devo estudar Ética? Qual é a relação entre essas discussões, a minha formação e o meu futuro exercício profissional?

Ao escolhermos uma profissão, muitas vezes, não temos a dimensão da quantidade de deveres profissionais que devemos seguir ao exercê-la. Por vezes, reconhecemos a importância do trabalho realizado pela nossa área de estudos, mas não nos damos conta dos impactos que esse trabalho pode ter em diversos campos (como a economia e a política) e em outras questões sociais.

Toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo (BRASIL, 2005, p. 05).

A Ética está presente em nossas ações profissionais, e o mundo do trabalho relaciona-se, também, com aspectos da nossa vida pessoal e comunitária. Reflexões sobre Ética Profissional ultrapassam reflexões individuais, sendo um convite para pensarmos no outro.

Didaticamente, costuma-se separar os problemas teóricos da ética, segundo Valls (1994), em dois campos: um que abarca os problemas gerais e fundamentais, com temas como liberdade, consciência, bem, valor e lei; e outro que se concentra em abordar os problema específicos, de aplicação concreta, como os problemas da ética profissional, política, sexual, matrimonial, bioética, dentre outros. Para o autor, trata-se, apenas, de um procedimento didático, e esses dois campos não se encontram separados.

Quando discutimos Ética Profissional, não é com o intuito de fornecer regras ou receitas para serem seguidas no cotidiano do exercício da profissão. Assim sendo, não pretende-se normatizar a natureza técnica do trabalho, mas sim abordar algumas questões e certos direcionamentos, estimulando discussões sobre o tema e garantindo, dentro de valores importantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas, padrões de conduta que possam, também, fortalecer o reconhecimento social das categorias profissionais.



Figura 1.2 - Quais direcionamentos seguir?

Fonte: kvrkchowdari / Pixabay.

Os princípios éticos e morais são estruturantes para a construção da identidade e da consciência do trabalho exercido.

A Ética é indispensável aos profissionais, pois, segundo Oliveira (2012), o “fazer” e o “agir” estão interligados nas ações humanas. Para o autor, o “fazer” diz respeito à competência e à eficiência que todo profissional deve ter para exercer, de forma satisfatória, sua profissão; já o “agir” relaciona-se à conduta do profissional, sendo entendido como um conjunto de atitudes que devem ser assumidas no desempenho de suas atividades.

Quando um profissional termina um curso de ensino superior, faz um juramento, comprometendo-se com a categoria profissional na qual formalmente ingressa.

Isso caracteriza o aspecto moral da chamada Ética Profissional, a adesão voluntária a um conjunto de regras estabelecidas como sendo as mais adequadas para o seu exercício. É fundamental ter sempre em mente que há uma série de atitudes que não estão descritas nos códigos de todas as profissões, mas que são comuns a todas as atividades que uma pessoa pode exercer (OLIVEIRA, 2012, p. 52).

As diretrizes éticas são pertinentes a todos os campos profissionais, tendo eles ou não um Código de Ética específico que regulamenta suas práticas, pois a formação profissional e o aprendizado das competências e habilidades específicas devem, sempre, incluir reflexão.

ATIVIDADE

1- A Ética pode ser compreendida, também, como a ciência da conduta humana, pois debruça-se a compreender e refletir sobre o comportamento moral dos sujeitos que fazem parte de uma sociedade. Os primeiros filósofos que compreenderem o conceito de Ética, associando-o às concepções de moral e cidadania, situavam-se:

- a) no decorrer da Idade Média, tendo a Igreja Católica papel fundamental nas concepções sobre ética e moral.
- b) na Grécia Antiga, com a contribuição de filósofos como Sócrates (469 a.C.–399 a.C.) e Platão (428 a.C.–347 a.C.).
- c) durante o Renascimento, pois, nesse período, as ideias de Nicolau Maquiavel (1469–1527) e Francis Bacon (1561–1626) questionaram diversas explicações teológicas.

- d) durante a escrita do Novo Testamento da Bíblia Sagrada, pois, nesse momento, passou-se a questionar as ações cometidas por fiéis do cristianismo.
- e) em Roma, no século IV, quando a cidade, antes governada por reis, tornou-se República e, por isso, diversos paradigmas éticos foram indagados.

ASPECTOS QUE ENVOLVEM A ÉTICA PROFISSIONAL

As reflexões sobre as ações realizadas na profissão devem acontecer *a priori* do exercício profissional. Nesse sentido, as discussões sobre Ética, tanto no campo em que estamos nos formando quanto no campo dos Códigos de Ética que direcionam a prática de diversas áreas, são fundamentais.

Os Códigos de Ética Profissional estabelecem alguns direitos e deveres de uma determinada profissão, tendo como base posicionamentos políticos, sociais e filosóficos. Caracterizam-se por documentos que visam propor diretrizes que orientam os sujeitos quanto às suas posturas e atitudes.

A função principal de um código de ética é começar pela definição dos princípios que o fundamentam e se articula em torno de dois eixos de normas: direitos e deveres. Ao definir direitos, o código de ética cumpre a função de delimitar o perfil do seu grupo. Ao definir deveres, abre o grupo à universalidade. A definição de deveres deve ser tal, que por seu cumprimento, cada membro daquele grupo social realize o ideal de ser humano (OLIVEIRA, 2012, p. 53).

Geralmente, os Códigos de Ética são elaborados por profissionais da própria área, por meio de diversos encontros e discussões realizados pelos Conselhos. Os direitos e deveres estabelecidos devem ser seguidos por quem exerce tal profissão.

O processo de produção de um Código de Ética, segundo Oliveira (2012), deve ser, também, um exercício de ética, pois, do contrário, será apenas o Código Moral defensivo de uma corporação. Os sujeitos envolvidos na formulação do Código de Ética devem garantir que os direitos e deveres elencados condizem com os membros do grupo social que ele representará. Para isso, é necessário que seja uma construção coletiva e democrática, na qual os profissionais da área sejam ouvidos.

Ao estabelecerem direcionamentos, os Códigos de Ética Profissional procuram contribuir com a autorreflexão do sujeito em relação à sua práxis no campo profissional, responsabilizando-o, pessoal e coletivamente, por suas ações e pelas consequências dessas ações. Cabe, aqui, ressaltar que não se trata de defender uma perspectiva de culpabilização, e sim de reflexão e responsabilização.

Mesmo que indiretamente, um Código de Ética sempre expressa uma visão acerca dos sujeitos e da sociedade. Diferentes profissões exigem diferentes Códigos de Ética, mas os princípios e as normas estabelecidos devem ter como base, também, o respeito ao sujeito humano e a seus direitos, bem como a consideração de algumas especificidades, como a realidade do país e os valores estruturantes da profissão. Desse modo, um Código de Ética não deve ser visto como um conjunto fixo e imutável de normas, pois as sociedades se modificam e as profissões se alteram, o que faz com que as discussões éticas acerca das profissões também mudem.

Com relação aos limites dos Códigos de Ética Profissional, é importante pontuar que podem prever sanções, caso haja descumprimento de algum de seus itens. Tais sanções, porém, dependem da existência da legislação vigente no país do qual a profissão faz parte, que é sempre juridicamente superior.

Nem todas as profissões possuem um Código de Ética Profissional específico, mas as discussões sobre Ética fazem parte de todas as áreas. Desse modo, mesmo as profissões que não possuem um Conselho específico e um Código de Ética que a regulamenta precisam ter direcionamentos, posicionamentos e debates acerca da Ética Profissional.



Figura 1.3 - Diversidade profissional

Fonte: scusi / 123RF.

É impossível definir um mesmo Código de Ética para todas as profissões, mas pode-se elencar algumas diretrizes que caibam em todas as profissões. De acordo com Oliveira (2012), atitudes de generosidade e cooperação no trabalho em equipe são comuns em todas as profissões, até mesmo quando se trata de um trabalho que parece ser exercido de forma isolada, pois toda atividade faz parte de um conjunto maior que está interligado, ou seja, depende do desempenho das pessoas.

Outro direcionamento apontado por Oliveira (2012) é o de posturas proativas, ou seja, não ficar apenas restrito às tarefas solicitadas, mas também contribuir para o engrandecimento do trabalho como um todo.

Os profissionais devem comprometer-se a estarem informados em relação à legislação pertinente ao seu trabalho, acompanhando, também, as possíveis mudanças nos aspectos legais e normativos que podem ocorrer com o passar do tempo.

Neste momento, vamos estudar alguns direcionamentos básicos específicos para diferentes áreas profissionais. Vale, aqui, pontuarmos que o conhecimento acerca de campos de estudos que diferem do nosso também são pertinentes, visto que, nas vivências sociais, tais conhecimentos possuem inter-relações.

ATIVIDADE

2- Muitas profissões no Brasil são guiadas pelos chamados Códigos de Ética Profissional, geralmente elaborados por meio de reuniões, discussões e reflexões, juntamente com os membros da classe profissional que tais Códigos pretendem representar. A função de um Código de Ética Profissional é:

- a) realizar uma comparação entre os direitos e os deveres de uma categoria, com o objetivo, também, de analisar em quais pontos um direito sobrepõe-se a um dever, e vice-versa.
- b) estar de acordo com os regimentos mundiais de uma determinada profissão, por isso sempre utilizam como modelo os Códigos de Ética Profissional existentes em outros países.
- c) promover o diálogo entre os cursos de nível superior e os Conselhos Federais de diferentes categorias profissionais.
- d) estabelecer alguns princípios éticos, direitos e deveres de uma determinada profissão.
- e) fixar possibilidades de práticas de uma profissão, para que, assim, os profissionais dessa categoria não cometam atos considerados imorais.

A ÉTICA EM DIFERENTES CAMPOS DO CONHECIMENTO

Existem algumas diretrizes éticas que são comuns a diversas profissões. Outras, entretanto, podem ter relação específica com determinadas áreas. Neste momento, vamos estudar alguns princípios de diferentes áreas da saúde: os campos do Direito, das Engenharias, das Ciências Contábeis e da Administração.

Áreas da Saúde

Fazer um resumo sobre as principais diretrizes éticas do campo da saúde é uma tarefa laboriosa pelo fato de existirem diferentes áreas, como a Psicologia, a Medicina, a Fisioterapia, a Enfermagem e a Odontologia.

Vamos, aqui, fixar-nos em alguns direcionamentos que cabem a todas as áreas e, por vezes, iremos nos direcionar para âmbitos específicos.

O profissional da área da saúde deve utilizar os métodos e as técnicas desenvolvidos por sua área, os quais foram aprendidos durante sua formação, visando à promoção da saúde. É importante que se tenha claro que esse conjunto de conhecimentos não pertence, especificamente, ao profissional, mas sim à ciência como um todo, cabendo a ao profissional utilizar desses conhecimentos, existentes em seu campo de atuação, para realizar novas contribuições.

As relações de poder existentes no vínculo entre profissionais e pessoas atendidas devem ser levadas em consideração, pois um profissional do campo da saúde ocupa um lugar de autoridade, por ser considerado apto para atuar em uma determinada área. Por exemplo, quando levamos um exame que fizemos a um médico, ele o analisa e nos passa informações relevantes apontadas nos resultados, as quais não conseguiríamos averiguar sozinhos. Desse modo, acreditamos nos esclarecimentos prestados e, muitas vezes, não os questionamos. Assim, estar atento ao lugar que ocupa e contribuir para que as relações se tornem mais horizontais é, também, uma diretriz ética para os profissionais de saúde.

Existem diferenças entre as funções realizadas no âmbito público e no privado que devem ser consideradas, mas, independente de onde atue, o profissional deve ser ético e realizar um bom trabalho. Infelizmente, muitos acabam desvalorizando o âmbito público e prestando serviços insatisfatórios.

Um profissional dessa área está trabalhando com a saúde dos sujeitos e deve, sempre, fazer um bom atendimento e acolhimento. Com relação às diferenças entre o setor público e privado, o profissional precisa estar atendo ao contexto social, econômico e político no qual está realizando a sua prática. Isso não significa realizar um trabalho de melhor ou pior qualidade, dependendo da ocasião, mas sim realizá-lo de forma competente e de acordo com a realidade dos sujeitos.

Algumas questões éticas que perpassam a área da saúde também se entrelaçam com legislações vigentes, cabendo aos profissionais estarem atentos e notificarem as autoridades necessárias. O profissional deve entender o seu papel, por exemplo, no enfrentamento às violências contra mulheres, crianças e adolescentes, pois sua denúncia pode contribuir muito nesses casos. À vista disso, é importante que ele conheça, também, legislações como

a 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, e a 8.069/90, a qual refere-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dentro de diversas áreas do campo da saúde existem os Conselhos, responsáveis por elaborar os Códigos de Ética Profissional da Categoria, atribuindo direitos e deveres aos profissionais. Por exemplo, para um psicólogo, médico, dentista ou fisioterapeuta atuarem na área, eles precisam realizar o registro profissional em seus Conselhos, o que implica em compromissos elencados e pagamento de taxas, as quais podem ser mensais ou anuais.

O último Código de Ética foi elaborado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em 2009, tendo como alguns dos seus princípios fundamentais:

- I - A Medicina é uma profissão a serviço da saúde do ser humano e da coletividade e será exercida sem discriminação de nenhuma natureza.
- II - O alvo de toda a atenção do médico é a saúde do ser humano, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional.
- III - Para exercer a Medicina com honra e dignidade, o médico necessita ter boas condições de trabalho e ser remunerado de forma justa.
- IV - Ao médico cabe zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da Medicina, bem como pelo prestígio e bom conceito da profissão (BRASIL, 2009, p. 30).

Outros pontos considerados princípios fundamentais para a prática médica, segundo o CFM (BRASIL, 2009), são os de que o profissional:

- deve exercer sua profissão com autonomia;
- deve guardar sigilo a respeito das informações que tenha sobre os pacientes e romper com isso apenas em casos previstos em lei;
- deve melhorar os padrões dos serviços médicos;
- deve assumir sua responsabilidade em relação à saúde pública, à educação sanitária e à legislação referente à saúde;
- deve basear sua relação com os demais profissionais no respeito mútuo, na liberdade e na independência de cada um, buscando sempre o interesse e o bem-estar do paciente;
- deve responsabilizar-se por seus atos profissionais;

- deve aceitar as escolhas expressas por seus pacientes, relativas aos procedimentos diagnósticos e terapêuticos, desde que adequadas ao caso e cientificamente reconhecidas;
- deve não exercer a Medicina como comércio.

No campo da Psicologia, o Código de Ética mais recente é o de 2005, tendo como princípios fundamentais:

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. IV. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática (BRASIL, 2005, p. 07).

O Código de Ética Profissional do Psicólogo foi elaborado com o intuito de ser um instrumento capaz de esboçar para a sociedade as responsabilidades e os deveres do psicólogo, oferecendo, também, diretrizes para a sua formação e para suas ações, contribuindo para o fortalecimento e a ampliação do significado social da profissão.

Na Enfermagem, o Código de Ética Profissional mais recente é o do ano de 2017. O cuidado da Enfermagem, segundo o Conselho que regulamenta a profissão, fundamenta-se no conhecimento, também, de outras ciências, como as humanas, as sociais e as aplicadas. O Código deve ser executado pelos profissionais na prática social e cotidiana de assistir, gerenciar, ensinar, educar e pesquisar.

A área da Enfermagem compromete-se:

[...] com a produção e gestão do cuidado prestado nos diferentes contextos socioambientais e culturais em resposta às necessidades da pessoa, família e coletividade. O profissional de Enfermagem atua com autonomia e em consonância com os preceitos éticos e legais, técnico-científico e teórico-

filosófico; exerce suas atividades com competência para promoção do ser humano na sua integralidade, de acordo com os Princípios da Ética e da Bioética, e participa como integrante da equipe de Enfermagem e de saúde na defesa das Políticas Públicas, com ênfase nas políticas de saúde que garantam a universalidade de acesso, integralidade da assistência, resolutividade, preservação da autonomia das pessoas, participação da comunidade, hierarquização e descentralização político-administrativa dos serviços de saúde (BRASIL, 2017, p. 03-04).

Outras áreas da saúde também possuem Conselhos e Códigos de Ética que regem a profissão e devem ser conhecidos pelos profissionais da área. Estudamos, aqui, de forma mais específica a Psicologia, a Enfermagem e a Medicina, também com o intuito de mostrar algumas proximidades entre diferentes campos do conhecimento da área da saúde.



Figura 1.4 - Profissionais do campo da saúde

Fonte: dolgachov / 123RF.

Vimos que diferentes áreas do campo da saúde possuem diretrizes em comum, que abarcam a profissão enquanto ciência, as práticas profissionais e a relação com os sujeitos.

Entretanto, também existem alguns pontos específicos em diferentes profissões, por isso a importância de existirem Códigos específicos para cada área.

Direito

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil é a entidade máxima de representação dos advogados brasileiros, responsável pela regulamentação da advocacia no país. Os profissionais formados em Direito no Brasil que queiram exercer a advocacia devem, antes, realizar o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, que é ofertado três vezes ao ano.

O Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil é um documento que complementa o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Nele, são explicitados princípios fundamentais para o exercício da advocacia, tais como algumas regras da boa relação com os clientes, com outros profissionais e com agentes políticos e autoridades, além, também, de normas que regulamentam a cobrança de honorários e direcionamentos com relação ao sigilo profissional e os limites para a publicidade dos serviços.

Alguns dos princípios do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil são:

[...] os de lutar sem receio pelo primado da Justiça; pugnar pelo cumprimento da Constituição e pelo respeito à Lei, fazendo com que esta seja interpretada com retidão, em perfeita sintonia com os fins sociais a que se dirige e as exigências do bem comum; ser fiel à verdade para poder servir à Justiça como um de seus elementos essenciais; proceder com lealdade e boa-fé em suas relações profissionais e em todos os atos do seu ofício; empenhar-se na defesa das causas confiadas ao seu patrocínio, dando ao constituinte o amparo do Direito, e proporcionando-lhe a realização prática de seus legítimos interesses; comportar-se, nesse mister, com independência e altivez, defendendo com o mesmo denodo humildes e poderosos; exercer a advocacia com o indispensável senso profissional, mas também com desprendimento, jamais permitindo que o anseio de ganho material sobreleve à finalidade social do seu trabalho [...]

(BRASIL, 2015, p. 01-02)



Figura 1.5 - O Direito

Fonte: olegdudko / 123RF.

Devemos nos atentar para o fato de que as discussões éticas a respeito do campo do Direito não são pertinentes, apenas, para profissionais da área, pois, como vimos anteriormente, os direitos e os deveres estabelecidos para todas as áreas são regidos, acima de tudo, pelas legislações vigentes no país.

Engenharias

O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) é o responsável por fiscalizar profissionais de diferentes áreas, como Engenharia, Agronomia, bacharéis em Geografia, Geologia e Meteorologia, além de outros profissionais de níveis técnico e superior. Foi fundado em 1933 pelo, então, presidente Getúlio Vargas. Em 2010, a profissão de Arquiteto foi separada do Conselho, sendo criado o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

O CONFEA é responsável por coordenar os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (CREA), orientando, verificando e fiscalizando o exercício profissional das áreas citadas anteriormente.

Por abarcar diferentes áreas, nem sempre todas as profissões que fazem parte do CONFEA sentem-se representadas, o que gera alguns debates e eventuais tentativas, por parte das categorias, de criar Conselhos à parte.

A 10ª edição do Código de Ética Profissional do CREA, chamada de “Código de Ética do Profissional da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia”, foi lançada em 2018, adequando-se, também, a mudanças após a saída dos profissionais de Arquitetura. Alguns dos principais princípios éticos estão apresentados a seguir:

- I – A profissão é bem social da humanidade e o profissional é o agente capaz de exercê-la, tendo como objetivos maiores a preservação e o desenvolvimento harmônico do ser humano, de seu ambiente e de seus valores;
- II – A profissão é bem cultural da humanidade construído permanentemente pelos conhecimentos técnicos e científicos e pela criação artística, manifestando-se pela prática tecnológica, colocado a serviço da melhoria da qualidade de vida do homem;
- III – A profissão é alto título de honra e sua prática exige conduta honesta, digna e cidadã;
- IV – A profissão realiza-se pelo cumprimento responsável e competente dos compromissos profissionais, munindo-se de técnicas adequadas, assegurando os resultados propostos e a qualidade satisfatória nos serviços e produtos e observando a segurança nos seus procedimentos; [...] (BRASIL, 2018, p. 30-31).

O Código de Ética elaborado pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) contempla diferentes profissões, contudo elas são embasadas pelas mesmas condutas éticas, o que também sinaliza a pertinência do diálogo horizontal entre as profissões que fazem parte do Conselho, para que as demandas de cada área sejam contempladas.

Ciências Contábeis

Os profissionais do campo de Ciências Contábeis que atuam na área devem responder às diretrizes colocadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, criado e regido a partir do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, tendo sua organização e seu funcionamento

regulamentados pela Resolução CFC nº 1.370, de 8 de dezembro de 2011, que aprovou o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade. O Código de Ética Profissional do Contabilista define que o profissional da área deve:

- I - exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;
- II - guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.
- III - zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo;
- IV - comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores;
- V - inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso; [...] (BRASIL, 1996, p. 02).

Além desses princípios, o Conselho Federal de Contabilidade (1996) também propõe que, caso o profissional de Contabilidade precise ser substituído em sua função, deve disponibilizar ao substituto informações necessárias a fim de habilitá-lo para um bom desempenho de suas funções. Outro ponto é que os profissionais dessa área devem ser solidários, com movimentos de defesa da dignidade profissional, zelando por remuneração digna e por salários compatíveis.

Administração

O profissional da área da Administração é regulamento pelo Conselho Federal de Administração (CFA).

O Código de Ética Profissional do Administrador (CEPA) é o guia orientador e estimulador de novos comportamentos e está fundamentado em um conceito de ética direcionado para o desenvolvimento, servindo simultaneamente de estímulo e parâmetro para que o Administrador amplie

sua capacidade de pensar, visualize seu papel e torne sua ação mais eficaz diante da sociedade (BRASIL, 2008, p. 02).

O Código de Ética Profissional do Administrador define que a profissão implica em um compromisso moral com os sujeitos, enquanto clientes e empregadores, e com a sociedade, visando impor deveres e responsabilidades aos profissionais da área

FIQUE POR DENTRO

Você sabia que os profissionais que fizeram um curso superior de licenciatura e atuam como professores não possuem um Conselho e um Código de Ética Profissional específico?

Deixe-me explicar! Não significa que não existem diretrizes que devem ser seguidas pelos professores no exercício de sua profissão, mas sim que não há um Conselho específico, como ocorre em outras áreas.

Os professores devem seguir as diretrizes elencadas pelo Ministério da Educação e as leis vigentes no país, como a Lei 9.394/96, chamada de Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que regulamenta o sistema educacional público e privado no Brasil, nos ensinos básico e superior.

Para algumas áreas, há a possibilidade de formação como licenciado e bacharel. Por exemplo, uma pessoa pode formar-se bacharel ou licenciado em Química. Se for licenciado e exercer a profissão de professor, não é preciso cadastrar-se em nenhum Conselho, mas se a formação for bacharel e a pessoa atuar como químico, deve, obrigatoriamente, realizar o cadastro no Conselho Federal de Química (CFQ) e obedecer às ordens vigentes.

Para saber mais sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), acesse:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>.

Fonte: Elaborado pelo autor.

ATIVIDADE

3) Os Códigos de Ética definem os direitos e os deveres dos profissionais e expressam, também, fundamentos éticos, políticos e sociais de uma área de trabalho. Considere as seguintes afirmações sobre o tema:

I- De acordo com o Conselho Federal de Medicina, o médico deve aprimorar continuamente seus conhecimentos e usar o melhor do progresso científico em benefício do paciente.

II- O psicólogo deve contribuir, segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

III- O profissional de Enfermagem atua em consonância com os preceitos éticos e legais, técnico-científico e teórico-filosóficos de sua profissão, mas não possui autonomia em suas ações, pois deve, sempre, tomar decisões pluridisciplinares.

IV- O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil é a entidade máxima de representação dos advogados brasileiros, responsável pela regulamentação da advocacia no Brasil.

V- Em 2010, a profissão de Arquiteto passou a ser regulamentada, também, pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA).

Estão corretas somente as afirmativas:

- a) I, II, III.
- b) II, III, IV e V.
- c) I, III e IV.
- d) II e V.
- e) I, II e IV.

ÉTICA COM RELAÇÃO AO CONSUMIDOR E REFLEXÕES SOBRE A FALIBILIDADE HUMANA

Até o momento, realizamos um breve resumo dos Conselhos Federais, dos Códigos de Ética Profissional e dos princípios éticos de algumas profissões de diferentes campos. Para além de saber seus direitos e deveres, o profissional deve, também, estar atento aos direitos dos sujeitos que contratam seus serviços. Desse modo, conhecer o Código de Defesa do Consumidor é, também, fundamental.

Neste tópico serão abordadas algumas reflexões acerca da falibilidade humana, ou seja, as possibilidades de falhas e erros que nós, enquanto seres humanos, estamos sujeitos a realizar.

Código de Defesa do Consumidor

No ano de 1962, os Estados Unidos da América, país pioneiro no campo de promulgar direitos dos consumidores, estabeleceu quatro diretrizes fundamentais: direito à segurança, direito à informação, direito à escolha e direito a ser ouvido.

A Organização das Nações Unidas (ONU), em 1985, também definiu diretrizes de defesa do consumidor, acrescentando mais quatro direitos aos propostos pelos Estados Unidos: direito ao ressarcimento, direito à educação para o consumo, direito a um ambiente saudável e direito ao acesso a bens e serviços.

Nas décadas de 1960 e 1970, havia poucas discussões sobre os direitos do consumidor. Em 1980, surgiram mais debates sobre o tema, com associações de consumidores e outras entidades, pois, mesmo já existindo leis que protegiam as relações de consumo, a maior parte das pessoas não tinha acesso a tais informações, o que resultava em pressões com relação ao governo e a empresas. Somente em 1990 o Código de Defesa do Consumidor foi promulgado, com o amparo da Constituição Federal, sendo instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Sua vigência, porém, acabou sendo adiada.

O Código de Defesa do Consumidor no Brasil define responsabilidades do fornecedor de um produto ou serviço com o consumidor, estabelecendo padrões de conduta, prazos e penalidades. O documento deve estar obrigatoriamente disponível para consulta em todos os estabelecimentos comerciais do Brasil.

Direitos básicos elencados no Código visam à proteção da vida, saúde e segurança, ou seja, não podem ser comercializados produtos que apresentem riscos à saúde do consumidor, como brinquedos infantis que possam machucar a criança. Por isso, as empresas têm obrigação, nesses casos, de indicar a idade adequada para determinado produto infantil. O fornecedor deve, também, prestar informações antes da venda e não omitir dados, como a especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, para que o consumidor realize uma compra consciente.



Figura 1.6 - Ética e o consumidor

Fonte: deimosz / 123RF.

O acesso à justiça é, também, contemplado pelo Código, pois, em casos em que um fornecedor tenha causado dano ao cliente e não houve acordo entre as duas partes, o consumidor deve ter assegurando a proteção jurídica, pedindo, se for o caso, reparação de danos materiais e morais.

Com relação aos serviços públicos, o Código diz que o consumidor tem o direito de ser bem atendido. Isso significa que um profissional que atue como servidor público tem o dever de prestar um serviço adequado, tanto pelas diretrizes de sua área como, também, em relação aos direitos do consumidor.

O Código, também, visa proteger o consumidor de publicidade enganosa ou abusiva, por isso os fornecedores não podem prometer algo sobre um serviço ou produto sem terem total certeza de que tal informação é verdadeira. Um psicólogo clínico, por exemplo, pode até fazer uma previsão, em conjunto com seu paciente/cliente, sobre quantas sessões terapêuticas serão necessárias para uma determinada demanda, mas não pode fazer propaganda, garantindo totalmente que, em número predeterminado de sessões, o sujeito não sentirá mais os sintomas apresentados. Além de contrariar o Código de Ética do Psicólogo, tal fato é contrário, também, ao direito do consumidor que contrataria os serviços.

O Código de Defesa do Consumidor tem o intuito de evitar que sejam veiculados anúncios e propagandas enganosas, abusivas, ofensivas ou que provoquem concorrência desleal entre os anunciantes, além de garantir a existência do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR). Essa organização não governamental não tem poder para multar ou propor julgamentos, mas foca em atentar-se para a ética no campo publicitário, propondo mudanças em propagandas já existentes.

O Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária foi elaborado no final da década de 1970, momento em que o país passava pelo regime militar, o qual representava uma ameaça de censura as propagandas. Pouco tempo depois, foi criado o CONAR, com o objetivo de fazer valer o Código. Trabalham no CONAR publicitários e outros profissionais de diversas áreas, os quais recebem denúncias que podem vir de consumidores, autoridades ou até membros do próprio CONAR. O julgamento é realizado pelo Conselho de Ética, sendo garantido o direito de defesa dos responsáveis. A sede do CONAR é na cidade de São Paulo, mas sua atuação contempla todo o território brasileiro, sendo mantido por entidades da publicidade brasileira.

Reflexões acerca da falibilidade humana

Durante este capítulo, abordamos o conceito de Ética, sua relação com o mundo do trabalho e a importância de diretrizes profissionais em diferentes profissões. Mas e quando, por descuido, por falta de profissionalismo ou por outro motivo, nós realizamos ações que não estão de acordo com as orientações elencadas pelos Conselhos e Códigos de Ética Profissional?

Responder a essa questão não é algo simples, pois a explicação depende bastante da ação realizada e das consequências produzidas por tal ação. Em alguns casos, o profissional pode tentar reconhecer e minimizar os resultados produzidos pelo erro, encarando, também, como

uma forma de aprendizado. Em outros casos, o profissional deverá responder judicialmente por sua ação, podendo ter seu registro profissional cassado e/ou cumprir uma determinada pena.

O intuito, neste momento, não é elencar e classificar possíveis atitudes que não se enquadram nas diretrizes profissionais, pois isso é algo que o estudante, durante sua formação e depois, no exercício do seu trabalho, deve buscar saber, por meio da leitura atenta do Código de Ética de sua profissão, caso tenha, e a partir dos princípios éticos, morais, políticos e sociais de seu campo.

Vamos realizar, aqui, uma breve discussão sobre a falibilidade humana, ou seja, a possibilidade de errar dos sujeitos. O filósofo Voltaire (1694-1778) defendia que nós, seres humanos, somos pessoas falíveis, ou seja, que podem errar. Para ele, errar é humano e nós estamos, sempre, cometendo erros.

O entendimento de que o erro faz parte da vida humana precisa ser visto com certa cautela, isso porque não podemos encarar tal afirmação como uma espécie de justificativa para nossas ações. Devemos sempre buscar lutar contra os erros, mas também reconhecer que não é possível eliminá-los totalmente.

A visão de que nenhum indivíduo é infalível deve vir acompanhada do reconhecimento de que isso nos faz ser mais tolerantes com os outros e, também, nos faz aprender.

Outro ponto relevante sobre a falibilidade humana é que o julgamento sobre uma ação, sendo considerada como certa ou errada, por exemplo, possui relação com o contexto na qual essa ação foi realizada, pois os princípios éticos e morais são construções sociais.

REFLITA

A Ética, um por ser uma construção social, relaciona-se com as crenças e os valores que uma sociedade possui e, portanto, articula-se com questões econômicas, sociais e políticas. Como podemos pensar a construção das visões da Ética e da Moral no Brasil?

Para buscar responder a essa questão, podemos recorrer à história de nosso país. Por ter sido um país colonizado, temos muita influência de Portugal. No período de colonização, os povos indígenas, que viviam anteriormente no Brasil, foram sendo dizimados, assim como suas culturas, consideradas inferiores. Os jesuítas, inicialmente, tiveram o papel de introduzir e

fortalecer o cristianismo no país, instituindo, assim, dogmas religiosos que influenciam até hoje nos nossos julgamentos acerca do que é considerado certo ou errado.

Nosso passado escravocrata, também, nos revela algumas concepções. Naquele momento, as pessoas negras eram consideradas seres inferiores e, portanto, passíveis de serem escravizadas. A Abolição da Escravidão, em 1888, não significou, de fato, a liberdade das pessoas negras, o que é possível perceber ainda hoje, se considerarmos as desigualdades sociais sofridas pelos negros no país.

Como vimos, a história de um país diz muito sobre seus princípios éticos e morais. Às vezes, por trás de um discurso civilizador ou de desenvolvimento estão presentes diversos preconceitos e visões etnocêntricas, que colaboram com alguns interesses políticos e econômicos. De que forma as concepções sobre moral e ética, do início da colonização brasileira por Portugal e do Período Escravocrata, ainda estão presentes em nossa visão?

Fonte: Elaborado pelo autor.

Um julgamento moral e ético muda com o tempo, mas é interessante, também, entendermos que possui relação com acontecimentos anteriores. Algo que por algum tempo tenha sido considerado uma atitude certa pode, hoje, ser visto como algo errado, ou vice-versa. Outra questão é que podem existir variações, dependendo de quem está realizando um julgamento, ou seja, algumas pessoas podem considerar um determinado comportamento correto, e outras pessoas podem julgar esse mesmo comportamento como incorreto.

O sujeito que comete um erro em seu campo de trabalho deve, sim, ser responsabilizado pelo que cometeu, mas para além de uma punição externa, o sujeito deve, ele mesmo, refletir sobre o que fez e sobre quais diretrizes seriam as corretas em sua área.

Negar que o ser humano pode falhar é uma utopia, por isso esperamos que as discussões sobre a falibilidade humana tenham servido para você pensar, também, em como estamos sujeitos a errar em nosso exercício profissional.

ATIVIDADE

4) Um profissional deve sempre buscar realizar serviços de acordo com as diretrizes, os direitos e os deveres de sua área. Além disso, deve saber sobre os direitos dos sujeitos que contratam seus serviços. Nesse sentido, conhecer o Código de Defesa do Consumidor é, também, fundamental. Sobre esse Código é correto afirmar que:

- a) o Código de Defesa do Consumidor no Brasil foi promulgado na década de 1970, durante o governo militar de Emílio Médici.
- b) o Brasil foi pioneiro na discussão sobre os direitos do consumidor. Desse modo, nosso Código de Defesa do Consumidor influenciou diversos países.
- c) a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu apenas no início dos anos 2000 algumas diretrizes com relação aos direitos dos consumidores.
- d) uma das diretrizes do Código do Consumidor é a proteção da vida, da saúde e da segurança de quem adquire um produto ou serviço, ou seja, não podem ser comercializados produtos que apresentem riscos à saúde do consumidor.
- e) cabe ao consumidor, de acordo com o Código de Ética, verificar as características, a composição, a qualidade e o preço dos serviços e dos produtos.

INDICAÇÃO DE LEITURA

Nome do livro: *Ética*

Editora: Civilização Brasileira

Autor: Adolfo Sánchez Vázquez

ISBN: 8520001335

Neste livro, por meio de uma linguagem bastante acessível, Vázquez realiza uma introdução acerca de problemas fundamentais da *Ética*. São abordados, também, diversos fatores sociais que contribuem para a prática da Moral, sendo esta possível, somente, quando as pessoas vivem em sociedade, pois, para o autor, a Moral existe para cumprir uma função social. Vázquez aventura-se na tentativa de delinear conceitos de uma nova Moral, condizente com as necessidades e as possibilidades atuais.

Nome do livro: *Ética Profissional*

Editora: Atlas

Autor: Antônio Lopes de Sá

ISBN: 9788522455348

São abordadas no livro as noções de consciência e dever ético, com base em filósofos clássicos e modernos, buscando refletir sobre a *Ética Profissional* na sociedade atual. Apesar de ser uma obra voltada para profissionais da área de Ciências Contábeis, é muito válido, também, para todas as outras áreas, realizando contribuições importantes em relação à *Ética* no contexto do trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código de Ética Profissional da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia. **Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)**. 10. ed. 2018. Disponível em:
<http://www.confea.org.br/media/10educacao_codigo_de_etica_2018.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Resolução CFC nº 803/96. Aprova o Código de Ética Profissional do Contador - CEPC. **Conselho Federal de Contabilidade (CFC)**, 10 out. 1996. Disponível em:
<<http://www.institutonacional.com.br/downloads/C%C3%B3digo%20de%20C%C3%89tica%20o%20Profissional%20Contador.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Resolução CFM nº 1.931/09. Aprova o Código de Ética Médica. **Conselho Federal de Medicina (CFM)**, 17 set. 2009. Disponível em:
<<https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/codigo%20de%20etica%20medica.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Resolução CFP nº 010/05. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Conselho Federal de Psicologia (CFP)**, ago. 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Resolução COFEN nº 564/2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. **Conselho Federal de Enfermagem (COFEN)**, 06 nov. 2017. Disponível em:
<http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Resolução Conselho Federal da OAB nº 02/15. Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. **Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil**, 04 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/codigo-de-etica-2016>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Resolução Normativa CFA nº 353/08. Aprova o novo Código de Ética Profissional do Administrador (CEPA) e o Regulamento do Processo Ético do Sistema CFA/CRA's, e dá outras providências. **Conselho Federal de Administração (CFA)**, 09 abr. 2008. Disponível em:

<https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/ckeditorfiles/cod_etica_administrador_.pdf>.

Acesso em: 31 jan. 2019.

GONÇALVES, M. H. B.; WYSE, N. **Ética e trabalho**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1997.

OLIVEIRA, A. R. **Ética profissional**. Belém: IFPA, 2012.

SALDANHA, N. **Ética e história**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

SROUR, R. H. **Poder, cultura e ética nas organizações: o desafio das formas de gestão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

VALLS, Á. L. M. **O que é ética**. Brasiliense, 1994

UNIDADE II

Filosofia e ética: a vida em sociedade

Patrick Trento

Introdução

Nesta Unidade, a abordagem dos conteúdos será voltada para o debate acerca de alguns temas centrais, dentre eles: a relação entre indivíduo e coletividade, diferentes formas de se olhar para a realidade e de poder conhecê-la, bem como as dinâmicas do comportamento ético e da responsabilidade social e cidadã.

Para tal, o debate seguirá a exposição de algumas das principais ideias de pensadores que têm grande peso e impacto na filosofia ocidental, influenciando as perspectivas e discussões acerca das temáticas aqui trabalhadas. Caminhando na direção das visões propostas por pensadores como Kant, Marx, Sartre, Lukács, Santo Agostinho e Aristóteles, a problemática das relações humanas ocupará, assim, as próximas páginas.



Fonte: Yupiramos / 123RF.

INDIVÍDUO E COLETIVIDADE: UMA REFLEXÃO FILOSÓFICA SOBRE A RACIONALIDADE E A CONSCIÊNCIA DO HOMEM

Durante nossas vidas, estamos em constante contato com diferentes comunidades. Uma das principais características da humanidade é a sua capacidade de organizar-se em complexos grupos com regras distintas e em articulação uns com os outros. Em nosso cotidiano, pertencemos a um grande número de grupos distintos, como a família, a escola, o trabalho, amigos, por exemplo, que dão o tom de quem somos e definem nossa identidade na pluralidade das relações que estabelecemos.

Tais relações evidenciam o encadeamento entre indivíduo e sociedade que, por vezes, se torna problemático, conflituoso e depende de normas estabelecidas para conservar a harmonia. As regras são constituídas, por vezes, espontaneamente ou objetivamente, com uma finalidade organizacional, construindo as instituições de uma determinada sociedade, que são estruturas de ordem social que atuam na mediação entre os indivíduos e o grupo.

FIQUE POR DENTRO

Karl Marx (1818-1883) foi um pensador alemão que influenciou diversos campos do conhecimento, como a História, a Psicologia, a Sociologia e a Economia. Neste momento, vamos buscar compreender como o conceito de consciência de classe pode contribuir para pensarmos possibilidades de ações que envolvem o indivíduo e a coletividade.

Para o autor, a luta de classes é o motor da história. Classe social é entendida, por ele, como um grupo de agentes sociais nas mesmas condições no processo de produção e que possuem afinidades políticas e ideológicas.

A sociedade dividida em classes é uma consequência, segundo Marx, dos papéis desiguais que os grupos sociais têm no processo de produção. Para o fim dessa desigualdade, faz-se necessário, segundo ele, a derrubada do sistema capitalista por meio da revolução protagonizada pela classe trabalhadora.

Nesse sentido, o conceito de consciência de classe apresenta-se como fundamental, pois diz respeito ao sentimento de pertencimento que um sujeito tem pela classe social específica a que pertence. Desse modo, uma pessoa com consciência de classe agirá de forma solidária com os outros membros dessa classe, buscando alcançar objetos que possuem em comum.

Para saber mais acesse: <http://www.simerj.org.br/arqs/materia/34_a.pdf>.

Para Durkheim, as relações entre indivíduo e sociedade podem demonstrar-se pela ação coercitiva dos fatos sociais, que são regras sociais externas e pré-existentes aos indivíduos que visam organizar determinada sociedade. Podemos citar o casamento, a escola, dentre outros fatos sociais que influenciam e pressionam o modo como deve acontecer as relações coletivas. Mas o que nos faz seguir os padrões normativos institucionais?

A racionalidade foi tratada por alguns pensadores da modernidade na qualidade de definidora da essência humana. René Descartés, por exemplo, postula que, por meio do método da dúvida, todo o exterior à racionalidade consciente pode ser colocado em xeque, restando apenas o pensamento racional como absoluto. "Se penso, logo existo".

Qual é o papel da coletividade em nossas ações individuais?

Um dos conceitos mais importantes na obra de Max Weber (1864-1920) é o de **Ação Social**. Para o autor, Ação Social é uma ação realizada por um indivíduo buscando uma expectativa de reação do outro, isto é, uma ação que o indivíduo realiza tendo, como base, os outros.

Por exemplo, escrever uma carta certamente é uma ação social, pois, ao fazê-lo, o agente tem esperanças de que a carta vai ser lida por alguém. Sua ação só terá significado enquanto envolver outra pessoa.

A função do sociólogo seria, então, para Weber, entender o sentido das ações sociais e fazê-lo é encontrar os nexos causais que as determinam. As ações sociais são classificadas, por ele, em quatro tipos.

A **ação social racional com relação a fins** é quando toma-se um fim e este é, então, racionalmente buscado. Há a escolha dos melhores meios para realizar um fim, por exemplo, quando exercemos um trabalho com o intuito de ganharmos o salário.

Já a **ação social racional com relação a valores** não é o fim que orienta a ação, mas o valor, que pode ser ético, religioso, político ou estético. Um exemplo é realizar ações para um partido político do qual compactuo ou ajudar na festa de uma igreja que frequento.

Para Weber, a **ação social afetiva** é movida por sentimentos, tais como vingança, loucura, paixão, inveja e medo. A título de exemplo, podemos pensar em quando fazemos algo por alguém que gostamos, como ajudar uma amiga a estudar para uma prova.

Por fim, a **ação social tradicional** tem, como valores, os costumes ou hábitos arraigados que fazem parte do cotidiano, como escovar os dentes ou tomar banho.

REFLITA

Percebe como as considerações de Weber contribuem para lançarmos olhares às ações dos indivíduos, tendo, como base, também, a coletividade? Como você compreende a noção de responsabilização dos sujeitos por seus atos a partir das considerações aqui elencadas por Weber? O ser humano é responsável por suas ações?

O comportamento racional é frequentemente relacionado ao agir que se baseia no cumprimento de regras. Pessoas que apresentam dificuldade de seguir normas e regras são constantemente taxadas de ilógicas, irracionais, assim como a trajetória histórica do conceito de loucura nos sugere (FOUCAULT, 2008). O louco é aquele que não se adequa, não se ajusta e se não se molda às normas, não podendo ser racional.

É importante trazer à luz da crítica esta questão. A racionalidade reduzida a uma universalidade absoluta conduz até uma percepção que desconsidera, muitas vezes, as próprias relações humanas e os contextos gerados por essas dinâmicas sociais. Quais são as realidades sociais e possibilidades daqueles que não se adequam? A ignorância é fruto de pura irracionalidade? O comportamento racional é sempre o mais efetivo diante de dilemas éticos e morais? Todas são questões pertinentes para considerarmos o exercício ético profissional.

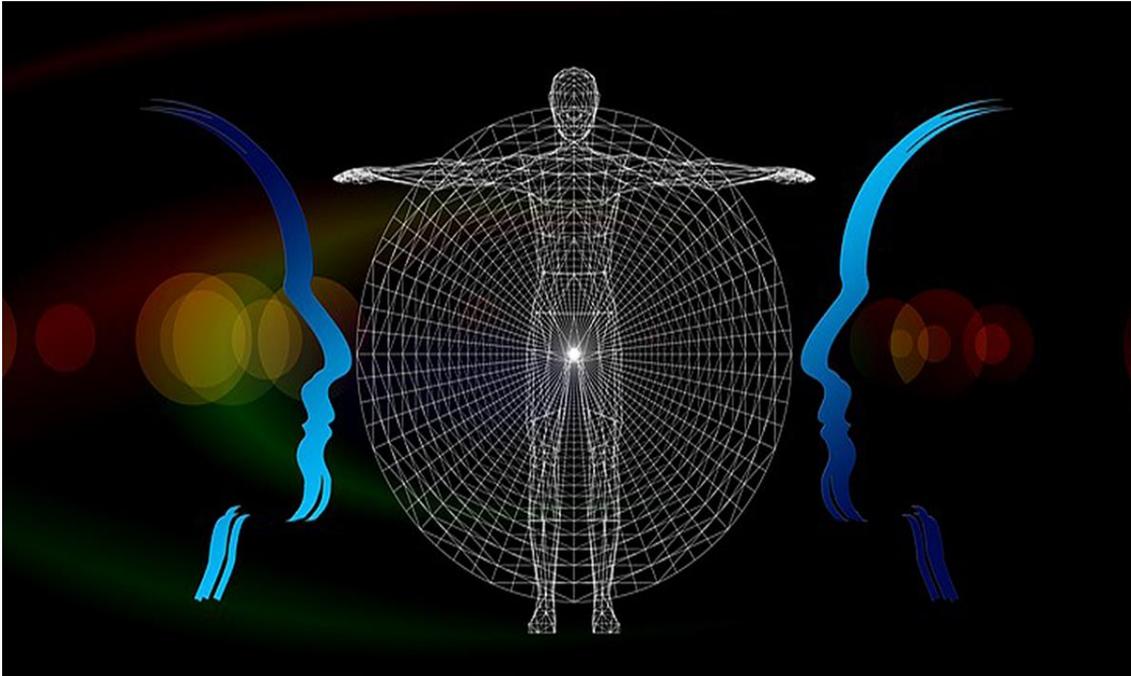


Figura 2.1 - Relações interpessoais

Fonte: Geralt / Pixabay.

Portanto, se faz preciso um exercício socialmente crítico e consciente para que possamos estabelecer uma prática profissional, a qual reúna elementos lógicos e racionais, com um senso social que possibilite um desempenho ético nas mais diversas instâncias da vida humana.

ATIVIDADE

1) Para o pensamento filosófico e científico, as complexas relações estabelecidas entre indivíduos e coletividade tornam-se questões de grande preocupação e têm feito parte das análises de um grande número de pensadores(as). Dito isso, a reflexão sobre o papel das instituições sociais na vida em coletivo deve ser considerada para uma maior clareza na orientação da ética profissional. Assim, sobre a definição do conceito de instituição social, assinale a alternativa correta.

- a) Instituições sociais são instrumentos de normatização e ordenamento social por meio do reconhecimento de regras e valores reconhecidos por uma sociedade.
- b) Instituições sociais são estruturas unicamente punitivas, como o direito à execução de penas de morte a criminosos.
- c) Instituições sociais são as condições de liberdade incondicional do indivíduo e de rompimento em relação à sociedade em que vive.
- d) Instituições sociais são somente os mecanismos de coerção social do Estado.
- e) Instituições sociais são sinônimos de entidades de caridade, principalmente as orientadas pelas doutrinas cristãs.

COMO VEJO O MUNDO?

A realidade existe por si ou é um produto da consciência? Há a possibilidade de a conhecermos em sua totalidade ou apenas apreendemos parcialmente suas características, por meio de nossas subjetividades? Questionamentos como estes nortearam diversos filósofos em suas reflexões, fazendo com que um número diverso de possibilidades de entender o mundo tenham surgido. Duas delas, o idealismo e o materialismo, serão delineados em suas linhas gerais, colocando suas principais características e pensadores que deram importantes contribuições para essas teorias do conhecimento.

Teoria do Conhecimento

O conhecimento filosófico e científico apresenta uma grande quantidade de direcionamentos epistemológicos que direcionam como podemos ver o mundo e modificam, por conseguinte, as formas que conhecemos e interpretamos a realidade ao nosso redor.

A teoria do conhecimento entrelaça-se com a filosofia enquanto uma disciplina de reflexão filosófica. Historicamente, não se pode atribuir a existência da teoria do conhecimento como campo disciplinar estruturado na Antiguidade e na Idade Medieval, mesmo que não seja incomum encontrarmos reflexões acerca do fenômeno de conhecer nesses períodos, assim como podemos observar em Aristóteles (HESSEN, 2000).

Será, apenas, a partir da modernidade que a Teoria do Conhecimento será tratada de maneira sistemática pelo pensamento ocidental. Dentre os pensadores que poderíamos apontar, estão Locke, Leibniz, Berkeley e Hume.

Diferentes interpretações sobre como as possibilidades de apreensão e produção de conhecimento se dão, bem como suas limitações e problemas geraram uma pluralidade de correntes que sugerem perspectivas sobre o fenômeno do conhecimento. Hessen (2000) descreve algumas vertentes que ora contrapõem-se, ora relacionam-se, convergindo e aproximando-se, tais como o racionalismo, o empirismo e o fenomenalismo. Nesse momento, vamos fixar-nos em dois: o materialismo e o idealismo.

Idealismo

A concepção de idealismo está, inúmeras vezes, associada à imagem de uma pessoa que tem grandes sonhos ou ideais de vida, por vezes, ingênuo. Em certa instância, também pode referir-se àqueles que se voltam para contemplar o metafísico ou de realidades supranaturais. Pela diversidade de sentidos, nos quais o termo idealismo é utilizado, faz-se necessário distinguir as principais acepções de visões do senso comum.

A palavra idealismo é utilizada em muitos sentidos diferentes. Devemos distinguir especialmente o idealismo no sentido metafísico do idealismo no sentido epistemológico. Chamamos de idealismo metafísico a concepção de que a realidade está baseada em forças espirituais, em poderes ideais (HESSEN, 2000, p. 58).

Hessen (2000) toma, como partida, o idealismo epistemológico, ou seja, o idealismo enquanto método de conhecimento acerca da realidade. Apesar das diferenças, o idealismo, no geral, move-se por meio da percepção de que o que se conhece não é algo material, mas sim ideal. O argumento é o de que, se pensou em algo, faço dele um conteúdo de minha consciência, existindo nela; porém, se, ao mesmo tempo, tal objeto também existe fora de minha consciência, uma contradição está posta. Portanto, para os idealistas, a realidade e a capacidade de conhecê-la reside na consciência em absoluto.

O pensador diferencia a corrente idealista em idealismo psicológico e idealismo lógico. Para o idealismo psicológico, a percepção da consciência confere existência à realidade, não existindo nada além do que o sujeito apreende. Na perspectiva dessa corrente, uma reflexão atribuída a Georges Berkeley é válida: "se uma árvore cai na floresta sem que ninguém esteja por perto, ela faz barulho?". Para os idealistas que convergem com Berkeley, não, já que, para haver barulho, apenas a percepção de um sujeito geraria o som.

Já o idealismo lógico situa-se entre o que Hessen define por realismo, uma concepção de que a realidade existe exteriormente à consciência e independe dela para ser.

Procuremos elucidar com um exemplo a diferença dessas concepções. Tomo na mão um pedaço de giz. Para o realista, o giz existe exteriormente à minha consciência e independentemente dela. Para o idealista subjetivo, o giz existe apenas em minha consciência. Todo o seu ser consiste em ser percebido por mim. Para o idealista lógico, o giz está nem em mim nem fora de mim; ele não está disponível de antemão, mas deve ser construído. Isso acontece por meio de meu pensamento. Na medida em que formo o conceito de giz, meu pensamento constrói o objeto de giz. Para o idealista lógico, portanto, o giz não é nem uma coisa real, nem um conteúdo de consciência, mas um conceito. O ser do giz não é nem um ser real, nem um ser de consciência, mas um ser lógico-ideal (HESSEN, 2000, p. 60).

O idealismo aparece com força na filosofia alemã da virada do século XVII para o XIX, tendo, no pensamento de Hegel, Fichte e, até mesmo, Kant, grandes nomes. Surgindo conjuntamente com a modernidade como corrente filosófica, o idealismo sofrerá diversas críticas de pensadores que não aceitavam seus fundamentos, como veremos no exemplo a seguir. Ao tratar do idealismo, Hessen pontua:

Posso perfeitamente dizer que faço tornar-se o objeto no qual eu penso, um conteúdo de minha consciência. Mas isso não significa que o objeto seja idêntico ao conteúdo de

consciência, seja ele uma representação ou um conceito, faz que o objeto se torne presente para mim, permanecendo ele próprio independente da consciência. Assim, quando afirmo que há objetos independentes da consciência, essa independência é considerada uma nota característica do objeto, ao passo que a imanência com relação à consciência refere-se ao conteúdo de pensamento que é, de fato, uma parte constituinte de minha consciência. O pensamento de um objeto independente do pensar não envolve, portanto, qualquer contradição, pois o pensamento, o tornar-se pensado, diz respeito ao conteúdo, ao passo que o ser independente do pensar, o não tornar-se pensado, diz respeito ao objeto. Deve-se, pois, considerar frustrada a tentativa do idealismo de provar que o ponto de vista do opositor é impossível (HESSEN, 2000, p. 61).

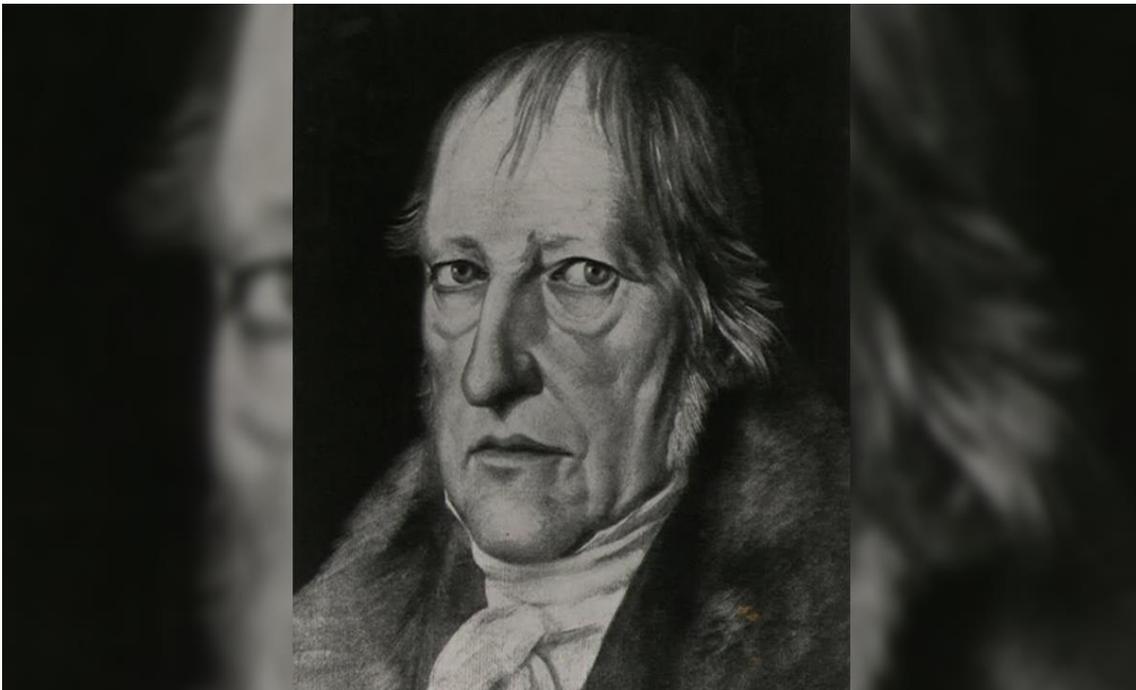


Figura 2.2 - Hegel

Fonte: Jakob Schlesinger / Wikimedia Commons.

A seguir, veremos o materialismo e as características dos filósofos Marx e Engels.

Materialismo

Uma outra corrente da teoria do conhecimento e que se coloca em grande medida oposta ao idealismo é o materialismo. Tal concepção é, por vezes, relacionada ou reduzida a alguém que se apega muito aos bens terrenos ou, ainda, vincula-a imediatamente ao

materialismo dialético proposto por Karl Marx e Friedrich Engels que, apesar de ser o maior expoente materialista e que mais profundamente influenciou a filosofia contemporânea, não é a única interpretação materialista existente.

Desde a Antiguidade, a filosofia grega clássica já debruçava-se em perspectivas materialistas para a compreensão do mundo, não sendo obra de apenas um pensador a construção dessa visão de mundo. Filósofos como Tales de Mileto, considerado o pai da filosofia, Anaximandro e Heráclito contribuíram de forma direta para o desenvolvimento do materialismo. O atomismo, por exemplo, foi uma:

Teoria desenvolvida por numerosos filósofos e que consistia, em essência, na ideia de que o mundo se compõe de pequenas partículas iguais de matéria, separadas pelo vácuo. Segundo esses filósofos, todos os fenômenos da natureza se explicam pelos diferentes movimentos dessas partículas de matéria. Essa doutrina forma, hoje, parte integrante da ciência moderna. Na Antiguidade, constituía o desenvolvimento lógico da concepção materialista do mundo, tal como os filósofos jônicos a haviam formulado. E essa teoria dos átomos desempenhou um papel importante em todas as doutrinas materialistas posteriores (THALHEIMER, 2014, p. 22).

Para compreendermos a noção de materialismo dialético, é de suma importância estabelecermos o que é o conceito de dialética. Para os gregos clássicos, a dialética era um movimento de conhecimento do real que partia do diálogo ou do confronto entre duas argumentações contraditórias, gerando uma superação ou síntese dessa contradição. O embate entre diferentes visões contrapostas para alguns pensadores antigos seria um eficiente método de geração de conhecimento.

Marx e Engels, buscando na dialética idealista de Hegel - que propunha esse choque dialético com privilégio à ideia, ela, sim, criadora do real e do material, que seriam apenas as formas externas do pensamento - um modelo de apreensão do conhecimento e influenciados pelas críticas de Feuerbach, invertem a lógica dessa dialética postulando forças naturais antagônicas como a gênese do mundo real, sendo o pensamento apenas a tradução da realidade para a consciência humana.



Figura 2.3 - Marx e Engels

Fonte: Friedrich Karl Wunder e George Lester / Wikimedia Commons.

Como vimos, o idealismo e o materialismo são duas formas de conceber e conhecer a realidade que se colocam em oposição uma com a outra. Enquanto a primeira se presta a dar relevância à consciência na qualidade de geradora do real, sendo o externo apenas representação ideal, a segunda escora-se na materialidade, trazendo a noção de que, por meio do movimento da natureza, o pensamento transforma-se determinado pelo meio externo.

ATIVIDADE

2) Duas das mais influentes teorias do conhecimento na filosofia alemã do século XIX foram o idealismo e o materialismo. Hegel, um dos mais conhecidos representantes do idealismo, e Marx, certamente um dos representantes com maior impacto no pensamento ocidental materialista, propuseram o uso de uma perspectiva dialética para seus modos de verem o mundo, idealismo dialético e materialismo dialético, respectivamente. Acerca da definição do conceito de dialética, assinale a alternativa correta.

- a) A dialética pode ser definida pelo movimento entre três pólos teóricos que convergem na mesma direção.
- b) A dialética é uma noção que tem sua origem nos filósofos egípcios antigos, que se pautavam nos movimentos dos astros para gerar conhecimento teórico.
- c) A dialética é uma perspectiva que se baseia na oposição e contradição de dois princípios teóricos que se chocam com a finalidade de gerar nova percepção.
- d) A dialética foi constituída pelos gregos antigos como forma de acalmar os intensos debates que se travavam na ágora, espaço público de discussão.
- e) A dialética define-se como o oposto de diálogo.

COMO ME COMPORTO DIANTE DO MUNDO?

A convivência em sociedade exige a consideração de como comportar-se e quais condutas seriam válidas ou não para a harmonia do coletivo. Assim, pensadores como Aristóteles, Agostinho e Kant debruçaram-se sobre a construção de uma ética que poderia tornar-se um caminho para o homem.

Aristóteles e Agostinho

A ética em Aristóteles é trabalhada em diversas obras, dizendo respeito a dimensão individual humana, legando à política a dimensão social da vida dos homens. Um exemplo é a obra *Ética a Nicômaco*, na qual o filósofo grego da Antiguidade traça alguns aspectos da ética em conexão com a felicidade humana.

O bem deve ser o caminho para a ética aristotélica e o mais elevado de todos os bens possíveis é a felicidade, porém não uma felicidade ideal, mas sim uma felicidade prática por meio das ações do indivíduo em sua realidade. Aristóteles chama atenção para a comum ligação entre a felicidade com glórias e riquezas, o que, para o pensador, não indica o bem maior. O prazer em Aristóteles não é, necessariamente, felicidade.

O pensamento desenvolvido por Aristóteles ancora-se na virtude como fio de medida para alcançar o bem. O equilíbrio entre as paixões da alma e a racionalidade conduz-nos a uma vida feliz. A justa medida das coisas na visão aristotélica proporcionaria um caminho ético e moral para as ações e condutas humanas. Nesse ponto, há uma aproximação entre as

considerações traçadas por Santo Agostinho de Hipona, filósofo cristão católico do período medieval.

A virtude ou a escolha do bem, para Agostinho, também serão determinantes na definição de uma atitude boa ou má, mas transfere a felicidade da vida terrena para a vida eterna junto a Deus. Assim, a felicidade para a concepção de Santo Agostinho só é atingida por meio da virtude da revelação divina.

Immanuel Kant

O exercício de se pensar a Ética e a Moral afastada de preceitos religiosos na tradição filosófica europeia não é horizonte muito antigo. Para a filosofia moral judaico-cristã, fundante da visão do mundo ocidental, os valores derivados da vontade divina regulam, objetivamente, as condutas válidas ou reprováveis, garantidas pela autoridade da palavra de Deus e endossadas pelas recompensas e bem aventuranças que a observância das regras religiosas poderiam oferecer ou mesmo das punições infringidas, caso do descumprimento dessas leis, nesse plano ou em outro.

Exemplo disso são conjuntos de leis religiosas, como os Dez Mandamentos, no qual encontram-se regras como não matar ou roubar ou, ainda, escrituras, tais quais a Bíblia e o Alcorão, este último da tradição muçulmana que, em conjunto com os preceitos da Suna, dão direções morais às ações dos seguidores do islamismo.

A trajetória da Filosofia europeia para uma Ética que não tivesse a perspectiva teocêntrica como lugar pode ser descrita como fez o filósofo Friedrich Nietzsche, que caracteriza esse processo com a ideia da morte de Deus, ou seja, de que as visões baseadas na fé entraram em declínio desde o advento da modernidade, já nos séculos XVI e XVII, guiando, cada vez menos, os fundamentos morais que organizam a sociedade. De que forma, então, a não ser a moral religiosa, poderiam alicerçar-se preceitos éticos e morais?

Immanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão, em sua versão da Ética, traz, à história da filosofia, um modo particular de se pensar tal questão, sendo figura presente nas discussões contemporâneas que têm na Ética e na Moral suas preocupações. A influência de Kant é sentida em diversas correntes de pensamento e compõe a base de sistemas filosóficos e éticos que normatizam códigos de conduta da atualidade. Para isso, adentraremos à ideia de que esse pensador delinea da Ética, contextualizando suas fundamentações.

Em princípio, para compreendermos a Ética kantiana, é de grande importância encaminharmos, ao debate, a noção que o filósofo alemão batiza de *Aufklärung*. No texto *Was ist Aufklärung* (O que é Iluminismo ou esclarecimento), o autor convida-nos a refletir da seguinte maneira:

Esclarecimento (*Aufklärung*) significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável. A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. É a si próprio que se deve atribuir essa minoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e de coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de outro. *Sapere aude!* Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento, tal é portanto a divisa do Esclarecimento (KANT, 1985, p. 1).



Figura 2.4 - Immanuel Kant

Fonte: Nach Veit Hans Schnorr / Wikimedia Commons.

O pensamento autônomo, para o pensador, é um pressuposto para a maioria, abandonando o pensamento guiado por tutelas institucionais. Iluminismo ou esclarecimento, na visão de Kant, compromete-se com o raciocínio crítico, mas que carrega, em si, responsabilidades em face da maioria.

Assim, não é suficiente atingir-se o esclarecimento ou a maioria. A concepção de homem moderno que Kant pretende vai para além de deixar para trás sua minoridade, mas que, ao assumir o compromisso da autonomia, também tomasse consciência de seu lugar no mundo social e da postura nessa posição.

O ser humano, enquanto livre e autônomo, é capaz de fundar sua moral de conduta na razão que, em Kant, carrega valor absoluto, inalienável da condição de legisladora das ações humanas.

Kant opõe-se a ideia de uma razão utilitária, isto é, de que a felicidade seria o valor útil da moral. De forma mais clara, a felicidade, para a visão utilitarista, seria o objetivo final de nossas condutas e, assim, se nossas ações causam sofrimento, são ruins e, se trazem coisas felizes, são boas. Para o pensamento kantiano, as consequências de nossas ações não devem ser a medida da moral, mas sim a boa vontade. O filósofo argumenta que uma vontade é boa desde que se pautar em um compromisso moral; compromisso esse que se confunde com um dever.

Mas como poderemos saber qual é o nosso dever diante dos dilemas éticos do cotidiano? A resposta que Kant nos dá é: atentarmos para o nosso dever perante à sociedade. Gostaríamos que mais pessoas seguissem a escolha moral que tivemos? O dever, na ótica de Kant, é óbvio, orientando-se a partir de um bem coletivo. Uma escolha moral é errada quando não a desejamos que se tornasse a regra para a conduta humana.

ATIVIDADE

3) Para Kant, o exercício da ética só seria possível após o ser humano deixar a sua *minoridade* e alcançar a *maioridade* para, assim, agir autonomamente. Em relação à ideia de maioria, para Kant, ela associa-se:

- a) À noção de que a maioria deve buscar o isolamento social, desvinculando-se das responsabilidades coletivas.
- b) À ideia que os antigos gregos podiam debater política na pólis.

- c) A obedecer racionalmente às instituições sociais, o que só um maior de idade poderia assumir a responsabilidade.
- d) À corrente iluminista, originada na França, que lutou unicamente pelos direitos das crianças a partir de pontos de vistas filosóficos.
- e) A praticar o pensamento crítico com a coragem de servir de suas próprias conclusões, sem a tutela de outros, como as instituições sociais.

LIBERDADE: AUTONOMIA E CIDADANIA

Não é à toa que a privação de liberdade, ao longo da História, foi e ainda é uma forma de relação de poder entre a humanidade. O cativo com finalidade de escravização, por exemplo, permeou as relações de trabalho em diversas partes do planeta, em diferentes tempos e com distintos modos de organização. Podemos citar os modelos escravistas da Antiguidade Clássica, como Grécia e Roma, em que escravizados por dívida ou prisioneiros de guerra não eram raros e, muitas vezes, constituíam a base da mão de obra daquelas sociedades ou, ainda, traçar um paralelo com o passado colonial escravista brasileiro, que deixa marcas sociais profundas até hoje.

Outro fator a considerar é que, atualmente, a forma mais comum de punição de criminosos ainda é feita pela via do encarceramento, apesar do intenso debate sobre a validade atual dessa prática. Privar da liberdade é sinônimo de punição, já que se entende que o ser humano é fundamentalmente livre. Mas o que significa ser livre? A formulação de uma resposta não é simples e não há apenas uma tentativa de respondê-la. Guiemos-nos, então, pelas ideias de pensadores que se ativeram sobre o tema para ajudarmos a refletir acerca da questão da liberdade enquanto componente da existência humana.

Consideremos as ideias do filósofo francês Jean-Paul Sartre. Para ele, o humano está condenado a ser livre e toda a sua existência vincula-se a essa condição. Não há como não ser livre e a liberdade é, também, a possibilidade de fazer escolhas, ou seja, a existência humana pressupõe, sempre, e realização de escolhas. Ainda que decidamos não nos posicionar, segundo Sartre, estamos, também, realizando uma forma de escolha.

As escolhas que realizamos ao longo de nossa existência edificam aquilo que somos, formam a nossa essência. No existencialismo, portanto, corrente filosófica que Sartre pertencia e que teve grande influência da fenomenologia, a existência precede a essência, ou seja, nossa

essência é construída a partir de nossas experiências e escolhas, já que somos dotados de liberdade incondicional.

Assim, diante da condição de liberdade, nós estabelecemos, por meio de ações concretas, os critérios éticos e morais que guiarão as nossas condutas. Frente à ausência de fundamentações pré-existentes, a angústia faz-se presente pela responsabilidade de ter de escolher, haja vista que a escolha é uma afirmação do valor daquilo que se escolhe, ao passo que também traz em si o peso da responsabilidade. Se a escolha de algo presume a afirmação do valor, a humanidade, na visão de Sartre, não escolhe o mal para si. Qualquer decisão tomada se dá em torno do que o sujeito considera bom para si

Contudo, nós não somos responsáveis apenas por nós mesmos, mas sim por toda a humanidade. Ao realizarmos alguma escolha, a busca é de uma alternativa que, alinhada às condições de existência postas a nós, seria a melhor. Por ser a melhor, a decisão poderia afetar o coletivo, lançando a possibilidade de um modelo de existência que outros poderiam seguir; daí, a sua responsabilidade diante da humanidade.

Simone de Beauvoir (1908-1986) foi uma escritora, intelectual, filósofa, ativista política, feminista e teórica social francesa. Mesmo tendo escrito obras muito relevantes, foi conhecida, por muito tempo, apenas como a mulher que se relacionou com Jean-Paul Sartre.



Figura 2.5 - Simone de Beauvoir

Fonte: Empowermenthub.

A visão que a sociedade tem entre mulheres e homens foi um dos temas abordados por ela em suas obras. A autora considera, no volume I do livro *O segundo sexo*, que as mulheres são associadas ao negativo, enquanto os homens são associados ao positivo e ao neutro, tanto que, com frequência, escrevemos “o homem” como sinônimo de humanidade. Para Beauvoir (1949), a mulher diferencia-se e define-se, sempre, em relação ao homem, e não o contrário, pois o homem é visto como essencial e, portanto, Sujeito Absoluto, enquanto a mulher é vista como o Outro, ou seja, o “segundo sexo”.

As contribuições trazidas por Beauvoir (1949) questionaram o local das mulheres na humanidade e influenciaram, de forma significativa, diversos movimentos feministas da década de 1960.

Além de todas essas contribuições, a autora tem papel importante na construção do Existencialismo, corrente filosófica que acredita que a existência precede a essência, mas que foi muito mais atribuída a Sartre do que à Simone.

O Existencialismo e os conceitos abordados por ele, como liberdade e responsabilidade, foram construídos, também, pela autora, tendo, inclusive, colaborado com diversos artigos escritos por Sartre.

FIQUE POR DENTRO

Para saber mais sobre Simone de Beauvoir, acesse o artigo de Márcia Regina Viana, intitulado *Liberdade e existência: os movimentos do existir em Simone de Beauvoir*, pelo link:

<<http://seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2307/1614>>.

Afastando-se de outras filosofias com perspectivas contemplativas, o existencialismo de Sartre caracteriza-se por ser um pensamento que propõe a ação. O compromisso é imprescindível para a existência humana e sem ele o projeto proposto por Sartre é impossível, sendo assim, também impraticável a conferência de sentido à existência.



Figura 2.6 - Jean-Paul Sartre

Fonte: Wikimedia Commons.

Na tentativa de livrar-se da responsabilidade que a liberdade gera, o homem recai no uso da má-fé. Essa conduta é a transferência de suas responsabilidades, atribuindo a realidades metafísicas ou outros fatores externos. Para Sartre, é como mentir para si mesmo, mas uma mentira que é proferida pelo próprio enganado conscientemente da verdade suprimida.

Em suma, a partir do momento em que existimos no mundo, podemos ser. Devido a nossa liberdade, somos obrigados a fazer escolhas. Nossas experiências passadas constituem aquilo que nós somos. Para Sartre, esse seria o conceito de ser-em-si, ou seja, algo já concluído e que não possui mais projeto. Esse conceito pode ser entendido, também, em relação aos objetos, que já possuem uma essência que não mudará, ou seja, já está formado e não possui consciência. Devido à angústia e o desamparo que o homem sente frente a suas escolhas, ele sente a necessidade de defender-se, entendido, para Sartre, como má-fé. Essa má-fé é a tentativa de colocar a responsabilidade no outro para não se sentir tão responsável pelas atitudes e escolhas. No entanto, essa defesa é equivocada, pois cada um é responsável por si mesmo, sendo apenas influenciado pelos outros. A consequência da ação é de quem produziu-a. As delimitações fazem com que nós não realizemos todo o projeto e, assim, somos um ser-para-si.

Só tornamo-nos um ser-em-si com a morte, na qual não possuímos mais a capacidade de escolher, não possuímos mais consciência e nem projeto.

A Liberdade Em Lukács: O Trabalho

Neste momento, vamos compreender a visão sobre liberdade para outro autor: György Lukács (1885-1971).

Na perspectiva de Lukács, o valor enquanto categoria da ética tem relevância ontológica, pois as práticas humanas e suas avaliações possuem, como base, um conjunto de finalidades e objetivos, que as orientam e promovem sentido (MEDEIROS, 2011).

Estas finalidades e objetivos, compreendidos também como propósitos e perspectivas, são concebidos como valores. Desse modo, as ações podem ser classificadas como boas ou ruins, úteis ou inúteis, dependendo do tipo de valor, isto é, da finalidade que elas visam alcançar.

As contribuições de Lukács sinalizam que os valores são categorias bases da ética e que esta pode ser compreendida como estudo das condições dos valores e de como eles desenvolvem-se.

Na relação entre sistema de valores, ética e ações práticas, está presente a ideia de *dever ser*, uma diretriz implicada por valores éticos. Vivemos em uma sociedade que direciona e julga ações e comportamentos, desse modo, o *dever ser* é entendido como a tentativa de realizar ações estabelecidas como ideais, tornando-se um padrão de comportamentos que precisam ser seguidos.

Quando existem objetivos a serem atingidos pelos indivíduos em uma sociedade, o valor pode ser entendido como uma diretriz, sendo que os sujeitos produzam julgamentos sobre adequação ou inadequação de práticas e ações.

FIQUE POR DENTRO

Agnes Heller é uma das pensadoras mais influentes da segunda metade do século XX. Ela foi aluna de György Lukács, tendo tornado-se, depois, sua seguidora e colaboradora intelectual. Na época do regime nazista, sobreviveu ao Holocausto, mas seu pai foi assassinado em Auschwitz.

Um dos temas abordados em suas obras é a relação entre a ética e a vida social, tendo publicado livros como *A Ética de Techernichévski*, de 1956, no qual analisou a problemática do “egoísmo racional”, na obra deste importante pensador revolucionário russo do século XIX. Publicou, também, abordando o tema em livros como *A Dissolução dos Padrões Morais*, 1957, e *A Sociologia da Moralidade ou a Moral da Sociologia*, 1963, e *Papel Social e preconceito*, em 1966.

Em *Teoria de los Sentimientos* (1979), define que ação, pensamento e sentimento constituem um processo unificado. Para a autora, é impossível compreender ação e sentimento de forma isolada. A intensidade de cada afeto varia de acordo com o nosso grau de envolvimento, desse modo, segundo a autora, quanto maior é o envolvimento com algo, maior, também, é a intensidade dos afetos, isto é, os acontecimentos cotidianos, como tomar banho, tendem a gerar afetos menos intensos.

O cotidiano também é tema debatido pela autora. O livro *O cotidiano e a história* (1970) também tornou-se bastante conhecido e trouxe contribuições para diversos campos das ciências humanas.

Para saber mais, acesse:

<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/17622/1/Renato%20Tadeu%20Veroneze.pdf>.

Ao realizar análises sobre a teleologia Lukács (2012), são feitas conexões entre categorias de valor e do *dever ser*. Segundo o autor, não é possível compreender essas categorias de forma isolada, em relação a práxis subjetiva no processo do trabalho.

Em outras palavras, isso significa que o trabalho é conduzido pelo *dever ser* e este apenas cumpre essa função com relação ao trabalho, por estar fundamentado no que tem valor para a sociedade em um tempo e espaço específico. Assim sendo, é possível compreendermos que o valor somente é realidade porque é capaz de inserir, no homem, um *dever ser*, que se torna uma diretriz em sua vida, ações e comportamentos.

O valor e a natureza desse valor estão limitados ao ser social e à vida em comunidade, que é realizada por meio do trabalho. A alternativa opera como elemento ativo do ser social, pois existem diferentes posições daquilo que nos é ofertado como escolhas e alternativas, como a ideia de bem e mal, correto e incorreto.

No trabalho, assim como postula Lukács, o que mais importa reside no movimento que está submetido a um *dever ser*, isto é, no objetivo primeiro, que foi determinado para o trabalho. Assim sendo, os objetos produzidos visando a satisfação de necessidades puramente humanas só obtêm valor se correspondem e satisfazem as expectativas que lhes foram atribuídas num primeiro momento. Em Lukács, o trabalho é o ponto em que não só os objetos se transformam, mas também o indivíduo que, quando trabalha, produz possibilidades novas e alternativas para a sua realidade.

Isso abre o horizonte da história e das possibilidades morais, que não teriam um sentido único, pois, caso contrário, anulariam a condição de liberdade diante de uma diversidade de trajetões que podem ser percorridos. Quando se fala em trabalho, de forma geral, também estamos falando em liberdade para Lukács, que vê no norteamento do trabalho teleologicamente guiado para uma *humanização* da condição humana.

O alcance de um objetivo é, ao mesmo tempo, a criação de algo novo e essa novidade é derivada diretamente da ação orientada pelo trabalho que, se organizada com consciência de todo esse trajeto, promove a autonomia do processo de transformação da realidade. Sugerido de outra forma, o trabalho consciente é o agente da liberdade.

ATIVIDADE

4) Jean-Paul Sartre é um dos principais filósofos do existencialismo. Para o autor, a liberdade humana é compreendida como:

- a) Possível apenas em sociedades primitivas, pois a socialização impede o homem de ser livre.
- b) Para o autor, o homem está condenado a ser livre, sendo assim, a existência humana decorre, também, desta condição.
- c) Maléfica para a existência humana, pois favorece a indecisão e impossibilita ações concretas.
- d) A liberdade, para Sartre, é compreendida como importante, porém impossível de ser exercida por todos, pois é preciso considerar a diversidade humana.
- e) O autor compreende que a liberdade deve ser estimulada e, ao mesmo tempo, controlada pelos governantes, para que estes tenham forte apoio popular.

INDICAÇÃO DE LEITURA

Nome do livro: *Ética e Liberdade em Michel Foucault: uma leitura de Kant*

Editora: EDUC

Autor: Celso Kramer

ISBN: 8528304221

Neste livro, Kramer (2011) mergulha no universo de Michel Foucault, buscando identificar a presença e o significado do pensamento de Kant em suas obras. A partir disso, busca relacionar alguns temas kantianos abordados por Foucault e relacioná-los com as próprias ideias foucaultianas sobre ética e liberdade. O resultado desse ofício possibilita novas dimensões de questões foucaultianas.

Nome do livro: *A Genealogia da Moral*

Editora: Companhia das Letras

Autor: Friedrich Nietzsche

ISBN: 8535914560

Nesta obra, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) trata dos processos de embates e jogos de poder que conduziram à formação da moralidade e pensamento ocidental posto em sua época. A moral religiosa e a racionalidade são duramente criticadas nas páginas da obra, que delinea uma versão combativa e intempestiva de análise dos preceitos morais da Cultura Ocidental, perguntando-a se os juízos de valor contidos nela são expressões de desenvolvimento ou degeneração cultural.

INDICAÇÕES DE FILME

Nome do filme: Os Amantes do Café Flore

Gênero: Biografia, Drama

Ano: 2006

Elenco principal: Lorànt Deutsch, Anna Mouglalis, Caroline Sihol e Clémence Poésy.

O filme busca retratar a relação entre a filósofa Simone Beauvoir e o filósofo Jean Paul Sartre. O café Flore torna-se palco de muitos dos encontros, tanto entre eles como deles com outros intelectuais da época. O filme também apresenta trechos que retratam algumas das questões-chaves da obra dos autores, que se baseiam no Existencialismo, corrente filosófica que compreende que a existência precede a essência. Até que ponto a liberdade, tema recorrente na obra dos dois, está ou não presente na relação entre eles retratada no filme?

Nome do filme: A Liberdade é Azul

Gênero: Drama

Ano: 1993

Elenco principal: Juliette Binoche, Hélène Vincent, Emmanuele Riva

Filme que faz parte de uma trilogia, conjuntamente com *A Fraternidade é Vermelha* e *A Igualdade é Branca*, é dirigido pelo polonês Krzysztof Kieslowski (1941-1996) e traz, em suas cenas, a problematização da ideia de liberdade e do peso das relações interpessoais em nossas vidas, por meio da narrativa que gira em torno de Julie, uma modelo que se afasta da vida pública após ter sua família morta em um grave acidente. O título do filme (e do restante da trilogia) faz, ainda, referência ao lema da Revolução Francesa (Liberté) e cor que a representa na bandeira da França (Azul).

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Trad. Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HELER, A. **Teoría de los sentimientos**. México: Coyoacán, 1999.

KANT, I. et al. Resposta à pergunta: que é esclarecimento. **Textos seletos**, v. 3, p. 63-71, 1985.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo editorial, 2012.

MEDEIROS, J. L. G. As implicações da teoria de Marx para a ética: uma interpretação a partir da “obra ontológica” de Lukács. **Política & Sociedade**. Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 275-304, out. 2011.

WEBER, M. Ação social e relação social. MARTINS J. S.; FORACCHI, M (Orgs.). In: **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

UNIDADE III

Filosofia e Ética na Política

Patrick Trento

Introdução

Esta unidade pretende convidar você, aluno(a), a pensar as relações entre o campo da política e questões éticas e morais.

Para isso, estudaremos diversos pensadores, como os filósofos gregos Platão, Aristóteles e outros bastante influentes como Hobbes, Maquiavel e Rousseau, e suas concepções a respeito do campo político.

Posteriormente, veremos como Locke e Montesquieu propõem o funcionamento ideal da política. O Absolutismo, para Locke, é cabível de diversas críticas, e sua obra dedica-se também a tratar da origem da legitimidade do poder político. Já Montesquieu se debruça a pensar sobre as limitações do poder de governo constitucional e propõe a divisão dos poderes de Estado.

São lançadas algumas reflexões sobre o sistema político brasileiro e alguns instrumentos utilizados para limitar poderes da autoridade. São colocadas em discussão também as diferentes funções e papéis dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Por fim, esta Unidade traz alguns exemplos de ameaças aos ideais democráticos. Alguns governos autoritários do século 20, como o fascismo, nazismo e stalinismo e suas implicações serão abordados e, posteriormente, veremos algumas ameaças à democracia no contexto brasileiro.



Fonte: file404 / 123RF.

Um contrato social para a existência política dos homens: Platão, Aristóteles, Hobbes, Maquiavel e Rousseau

A palavra “política” tem origem na palavra grega “politeia”, usada para fazer referência àquilo que possuía relação com a polis (cidade-estado) e à vida em coletividade.

As relações de poder e de autoridade já estavam presentes em civilizações anteriores, mas podemos dizer que os gregos e romanos as desenvolveram no sentido político. É por isso que, frequentemente, a eles é atribuída a criação da política.

Um dos intuitos da política é fazer com que os sujeitos expressem suas vontades, diferenças e conflitos sem gerar um caos social, desse modo, ela está na vida em sociedade bem como nas relações de Ética nela existentes.

Diferentes autores voltaram seus olhares para as relações políticas na sociedade. Vamos estudar alguns filósofos que se destacaram nesse campo: Platão, Aristóteles, Hobbes, Maquiavel e Rousseau.

Alguns deles são contratualistas, isto é, buscam explicar os caminhos que fizeram com que os sujeitos formassem governos, visando manter a ordem social.

Platão (428/427 a.C-348/347 a.C.)

As contribuições de Platão, filósofo grego que, estima-se, tenha nascido em 427 a.C., inauguraram, no pensamento ocidental, inúmeras ideias políticas que permeiam, de certo modo, até os dias atuais. Esse pensador teve, como professor, o filósofo Sócrates, tornando-se seu principal discípulo. Vale lembrarmos que Sócrates não deixou documentos escritos, o que contribuiu para que fosse colocada em dúvida sua existência. Platão, desse modo, foi o responsável por divulgar seus pensamentos, assim como os de outros filósofos da Grécia Antiga como Heráclito, Parmênides e Pitágoras.

É considerado o Fundador da Academia de Atenas, por volta de 387 a. C. Em sua obra estão presentes personagens que abordam diferentes temas, tanto da vida pública como privada: política, arte, religião, justiça, medicina, vício, virtude, crime, castigo, sofrimento, prazer, sexualidade, amor e sabedoria.

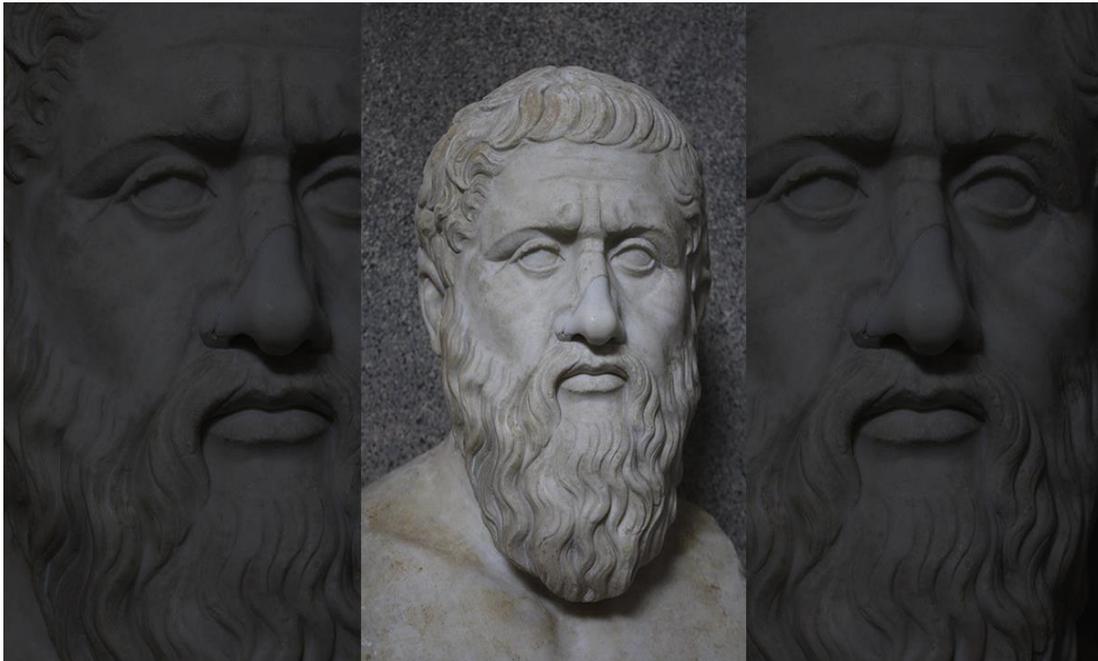


Figura 1 - Escultura de Platão.

Fonte: Silva / Wikimedia Commons.

Sua principal obra, *A República*, escrita por volta de 380 a.C., é considerada a precursora da política ocidental, e trata da busca por uma fórmula que seja capaz de garantir uma administração harmoniosa da cidade, mantendo-a livre da anarquia, do caos e de interesses e disputas particulares. Os diálogos estabelecidos ocorrem na casa de Polemarco, irmão de Lísias e Eutidemus, filho do velho Céfalo. Os principais personagens são: Sócrates; os dois irmãos de Platão, Glauco e Adimanto; Nicerato, Polemarco, Lísias, Céfalo e Trasímaco.

Dentre todas as obras produzidas por Platão e chegadas à atualidade, *A República* talvez seja a de maior destaque, não por ser o mais longo diálogo

ou um dos mais longos escritos, mas pela exposição mais cuidada e bem definida de temas centrais do pensamento do filósofo. (MENESCAL, 2009, p. 41)

O debate sobre o conceito de justiça, na obra, faz com que os personagens façam considerações sobre a ideia de Cidade Justa. Pretende-se encontrar a Calípolis, considerada cidade ideal, descrita por meio do planejamento e da reflexão, e todos os problemas são pensados e excluídos.

Diferentes formas de governo são discutidas em *A República*, tais como o monárquico, o aristocrático, o democrático, o tirânico, a timocracia e a oligarquia. Para Platão, a melhor forma de governo é a aristocracia, ou governo dos sábios, e o pior, a tirania.

A filosofia de Platão é, simultaneamente, política e ética. O projeto político desse autor é também um projeto educativo, que não visa formar apenas cidadãos, mas homens de bem. Segundo Menescal (2009), seu projeto político não se apresenta essencialmente pela questão política, mas também pela ética e por uma educação orientada pela Filosofia, considerada essencial para a formação humana.

Platão escreveu também outras obras que abordavam a política, tais como *As Leis* e a *Carta VII*, de um conjunto de *XIII Cartas* escritas pelo filósofo – nem todas consideradas autênticas.

Aristóteles (384 a.C – 322 a.C.)

O filósofo Platão foi professor de Aristóteles. Na unidade anterior, vimos como aquele autor concebe a forma como os homens compreendem o mundo e suas principais contribuições sobre a Ética. Neste momento, vamos nos voltar sobre seus principais apontamentos sobre a Política, mas sua obra também possui relação com os princípios éticos e morais.

A política aristotélica, na verdade, é essencialmente unida à moral, pois compreende que o fim último do Estado é a virtude, ou seja, a formação moral dos cidadãos e os meios necessários para se chegar a ela.

O Estado, para Aristóteles, é um organismo moral, considerado condição e complemento da atividade moral dos indivíduos. A política é diferente da moral, pois possui, como objetivo, o indivíduo, e a política, a coletividade. Dessa forma, a ética é, para o filósofo, a doutrina moral individual e a política, a doutrina moral social.

Na visão de Aristóteles, a noção de coletividade está em uma instância acima do indivíduo. Portanto, as necessidades da comunidade têm primazia em relação aos interesses particulares; e, para tal, apenas no Estado estaria a possibilidade da completude do homem enquanto ser social e político.

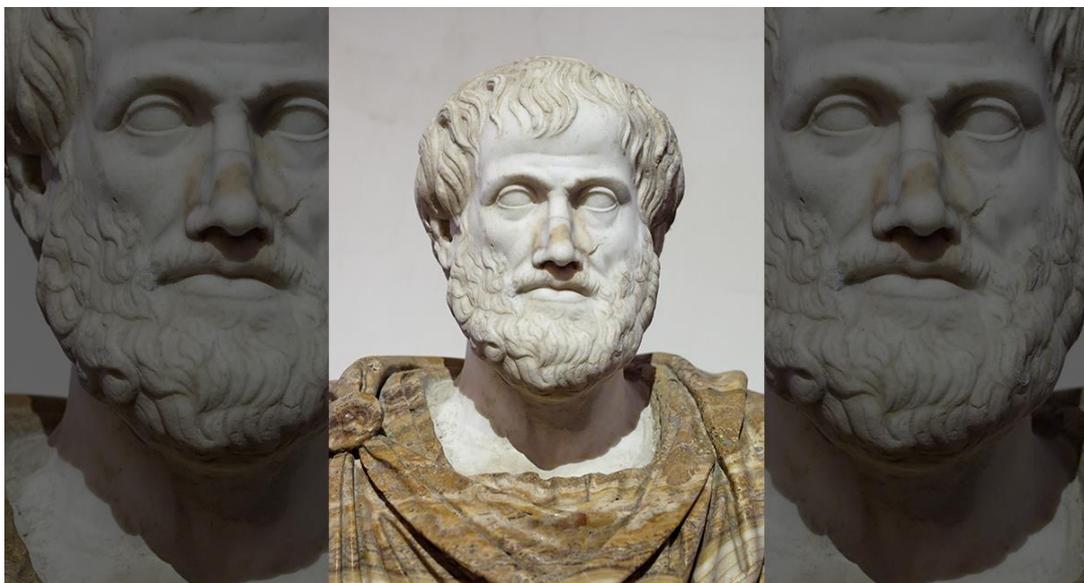


Figura 2 - Escultura de Aristóteles.

Fonte: Jastrow / Wikimedia Commons.

Em seu texto *Política*, composto por oito livros, Aristóteles aborda alguns temas relacionados aos sujeitos que ocorrem na cidade (pólis). Considera-se que muitas

das reflexões aristotélicas sobre a política tiveram origem na época em que ele foi preceptor de Alexandre, o Grande, rei da Macedônia.

A ciência da felicidade humana, considerada uma possibilidade de viver adotada pela comunidade satisfatória à maioria é eixo principal da obra *Política*, de Aristóteles. Para o filósofo, a política estaria a serviço de uma maneira de viver que levasse à felicidade dos sujeitos.

No decorrer da obra são apontadas algumas críticas às contribuições de Platão. É abordada também a composição da cidade, a escravidão e a família, bem como são analisados os regimes políticos e as constituições de outras cidades-estado gregas.

Nicolau Maquiavel (1469-1527)

Nascido em 1469, em Florença, Itália, Nicolau Maquiavel formou-se na Universidade de Florença e, posteriormente, atuou como uma espécie de diplomata, visitando numerosas cortes com o intuito de estabelecer tratados, alianças e relatórios.

Esse trabalho permitiu que Maquiavel observasse defeitos e qualidades nas artes de governar, o que inspirou significativamente suas obras.

Quando estava em reclusão, acusado de conspiração, Maquiavel escreveu um livro a Lourenço de Médici, que se tornou uma de suas obras mais conhecidas: *O Príncipe*.

A obra possui 26 capítulos e foi escrita com base em reflexões sobre o passado político vivenciado por Maquiavel, reunindo conselhos e sugestões para os governantes. O livro acabou sendo base para a organização de estruturas governamentais dos tempos modernos.

A Itália estava dividida em pequenos Estados, repúblicas e reinos quando Maquiavel escreveu *O Príncipe*. Naquele momento, em que existiam disputas de poder por territórios, o autor mostrou, para os governantes, os perigos que vigoram quando uma península é dividida, ficando exposta às grandes potências europeias.

É nesse livro que surge a ideia de que "os fins justificam os meios", e no qual Maquiavel defende que o governante precisa manter-se como autoridade, independentemente das ações necessárias para isso. Essa expressão não se encontra no texto, mas se tornou uma interpretação tradicional de seu pensamento.

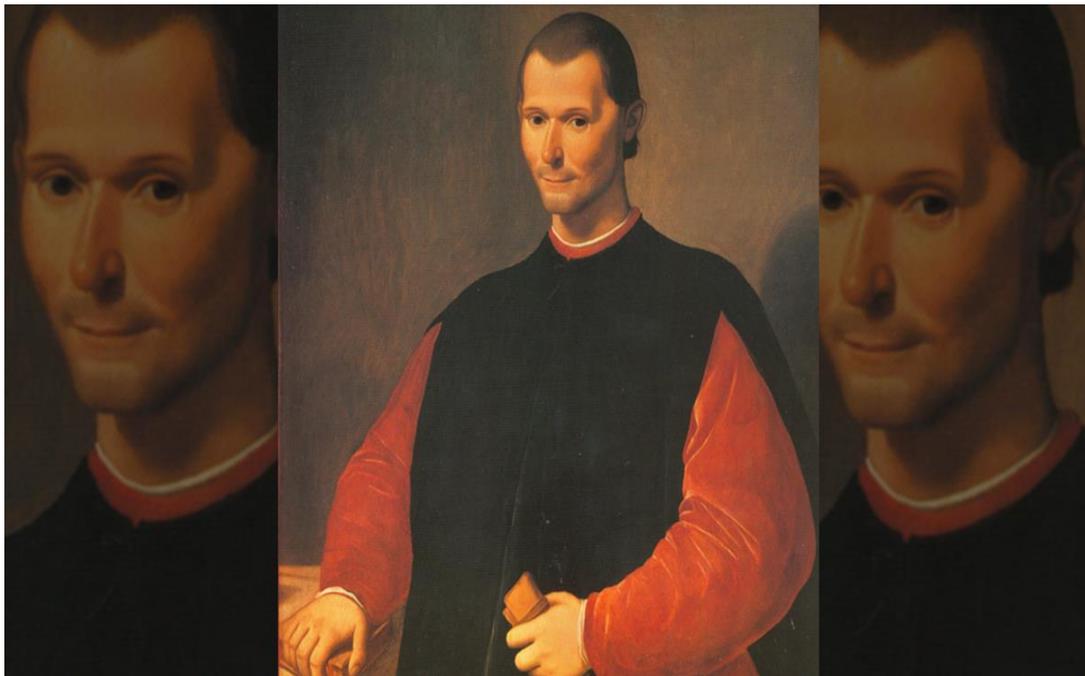


Figura 3 - Nicolau Maquiavel.

Fonte: Sidonius / Wikimedia Commons.

Em razão de sua influência, Maquiavel foi considerado o pai do pensamento político moderno. Em seus textos, o autor escreveu considerações sobre como os políticos deveriam comportar-se para tirar maior proveito da realidade, mantendo e expandindo seus poderes. A política é tema frequente em suas obras, que abordam o papel do Estado e dos sujeitos em uma sociedade.

Para se desenvolver uma filosofia consistente, segundo Maquiavel, era necessário atentar-se para experiências e fatos históricos. Ele afastou o campo da

política de outros em que era comumente associada, como a teologia e a filosofia moral. A política, para esse filósofo, deveria se desenvolver como uma disciplina em si mesma.

Maquiavel fez críticas ao aristotelianismo teológico, que era aceito pela Igreja até então. Para ele, essa concepção foi utilizada para justificar a preguiça e inação das pessoas frente aos desafios da vida e da sociedade, visto que tal ideia concebia que as soluções ocorriam a partir de intervenções divinas.

Para Maquiavel, a desonestidade e a morte de alguns indivíduos poderiam ser úteis aos políticos. Muitas de suas considerações foram criticadas por diversos estudiosos, o que colaborou para a associação de seu nome a uma característica inescrupulosa, com a criação do adjetivo "maquiavélico".

Alguns filósofos, como Spinoza, Rousseau e Diderot defenderam as ideias de Maquiavel, justificando que suas contribuições são de fundamental importância para o subsequente desenvolvimento da filosofia política, notadamente das correntes iluministas. Diversos estudiosos defendem a necessidade de releituras das obras de Maquiavel, por entenderem que existem interpretações bastante errôneas e/ou distorcidas.

A ética política, segundo Maquiavel, é utilitária, isto é: são morais todos os atos úteis à comunidade e imorais os que visam à satisfação de interesses egoístas, que entram em conflito com os interesses da coletividade.

As contribuições de Maquiavel colaboraram para o rompimento da noção de que o governante de uma sociedade deve ser sempre bondoso. A defesa de aceitação de riscos, de ousadia, de ambição e de inovação, defendidas por esse pensador, contribuíram para que fossem fundadas outras formas de conduzir a política.

Thomas Hobbes (1588-1679)

“O homem era o lobo do próprio homem”. Essa é uma das ideias mais conhecidas de Thomas Hobbes, filósofo inglês que escreveu o livro *Leviatã*. O título faz referência ao monstro bíblico, citado no livro de Jó, que governava o caos primitivo.

Na obra, Hobbes compara o Estado a um monstro poderoso, criado para acabar com a anarquia da sociedade primitiva. Nessas sociedades, o pensador considerava que os indivíduos viviam em guerras constantes e matanças, cada um buscando garantir sua sobrevivência. Para dar fim a essa violência, era necessário que o poder fosse dado a um só homem, que deveria governar por todos, garantindo a segurança e eliminando a desordem.

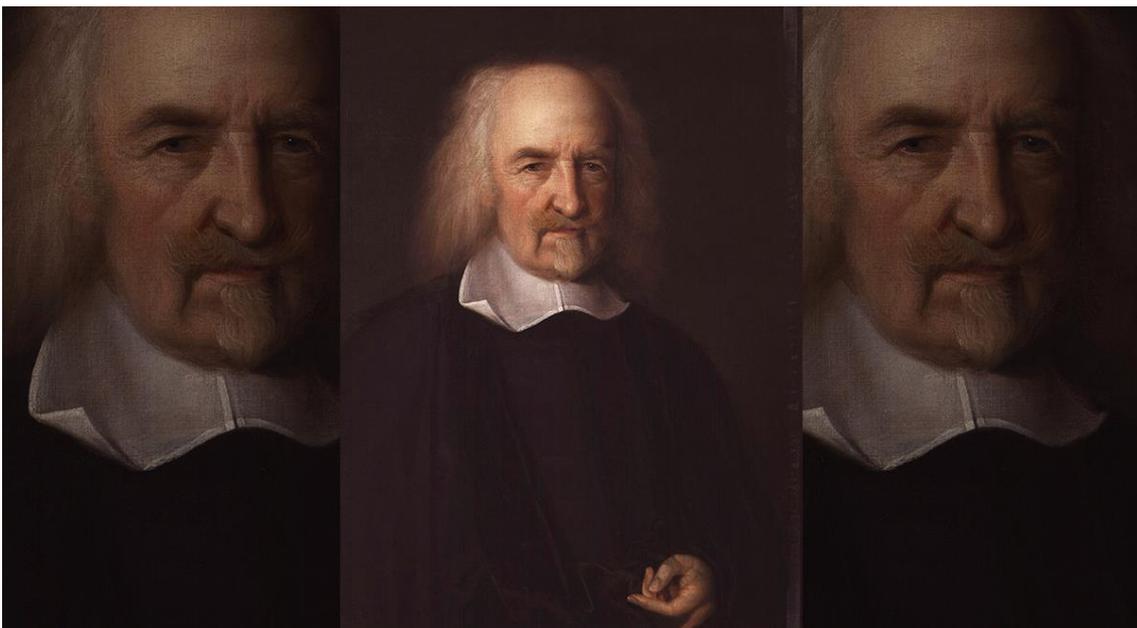


Figura 4 - Thomas Hobbes.

Fonte: Dcoetzee / Wikimedia Commons.

Em sua obra, argumentou em favor da monarquia absoluta, porém contribuiu também para estabelecer conceitos significativos para o pensamento liberal europeu.

Para Hobbes, o **estado de natureza** se dava em situações de vida humana sem política. Sem ela, segundo o filósofo havia um cenário de guerra de todos contra todos, pois os sujeitos poderiam fazer o que quisessem, sem limites estabelecidos.

Nesse tipo de circunstância, conforme Hobbes, não seria possível acontecer nenhuma das grandes realizações humanas, como as grandes navegações, fabricação de produtos sofisticados, aprimoramento de indústria, pois, para o autor, necessitam de segurança para serem feitas e mantidas, o que seria impossível em um estado de natureza.

Na tentativa de afastar-se desse estado, os sujeitos concordam com um **contrato social**, que estabelece a sociedade civil, compreendida, para Hobbes, como um conjunto de indivíduos que vivem sob uma autoridade soberana. Nela, todos devem ceder alguns direitos em troca de proteção.

Os sujeitos que fazem parte da sociedade civil ficam, então, impedidos de resistirem ao poder da autoridade, pois tal soberania deriva da submissão de poder dos próprios indivíduos que fizeram o acordo de abrir mão de fazer tudo o que querem em troca de proteção.

Se dissermos que estamos sendo coagidos pela autoridade existente em nossa sociedade civil, segundo Hobbes, é o mesmo que dizer que estamos sendo coagidos por nós mesmos, o que para ele é impossível.

Por não reconhecer a possibilidade de abuso de poder da autoridade, o modelo proposto por Hobbes não propõe a separação de poderes. O poder soberano se estende também sobre poderes eclesiásticos, e inclui exército, judiciário e civil.

Jean-Jacques Rousseau (1712 - 1778)

Assim como Hobbes, Rousseau é contratualista, contudo, seus pensamentos se diferem em diversos aspectos. Rousseau também defende a ideia de estado de natureza, mas seu objetivo não é analisar o aspecto jurídico e, sim, o que o sustenta. Para ele, a esfera social é responsável por sustentar o aspecto jurídico do Estado.

Os sujeitos, para Rousseau, eram naturalmente bons, porém a vida em sociedade poderia conduzi-los à depravação. Desse modo, esse autor suíço acaba idealizando o indivíduo em estado natural, pois primitivamente ele é generoso.

De acordo com o filósofo, existiam três etapas evolutivas na jornada do Homem. O primeiro é o homem natural, subjugado pelos instintos e sensações; em um segundo momento, trata-se do homem selvagem, que já possui confrontos morais e imperfeições e, por fim, no terceiro estágio, dá-se a condição do homem civilizado, que possui interesses privados que suprimem sua moralidade.

A prática da desigualdade era considerada, pelo autor, um equívoco cometido pela sociedade, que engloba ações de nível individual, como a presença de ciúmes em relacionamentos afetivos, e social, como no caso da instauração da propriedade privada como base da vida econômica.



Figura 5 - Jean-Jacques Rousseau.

Fonte: MLWatts / Wikimedia Commons.

Para conduzir os sujeitos à bondade inicial, existente no estado de natureza, seria necessário, para Rousseau, o **contrato social**. Esse contrato faria com que os indivíduos vivenciassem uma nova proposta de Estado, garantindo seu bem-estar, segurança e liberdade natural. Com o contrato social, deveria prevalecer a soberania da sociedade, ou a vontade coletiva.

No contrato social, era necessário definir a igualdade entre todos, pois, para Rousseau, o interesse comum era capaz de fazer com que o indivíduo contasse com a assistência de outros indivíduos. Em contrapartida, a concorrência poderia fazer com que os sujeitos desconfiassem um dos outros, em alguns momentos.

Para Rousseau (1997, apud Souza, 2012), a partir do momento em que os indivíduos necessitaram do auxílio do outro e perceberam que era útil contar com o provimento de dois sujeitos, a igualdade desfez-se. Assim, foi introduzida a propriedade e a necessidade do trabalho.

Em vista disso, Rousseau considera importante o contrato social, pois os sujeitos, após perderem sua liberdade natural, precisariam da liberdade civil, possível de ser proporcionada com o contrato. O povo é ativo e passivo nesse contrato, é agente do processo de elaboração das leis e de seu cumprimento, entendendo que obedecê-las é um ato de liberdade.

Rousseau compreendia que o povo era soberano e não o rei, que atuava apenas como funcionário do povo. Essa visão fez com que o pensador fosse colocado como contrário ao poder absolutista vigente na Europa naquele momento. O Estado não poderia ser soberano por si só, pois suas ações deveriam ser guiadas pela soberania do povo. Essa visão, proposta por Rousseau, também contribuiu para a valorização da democracia.

ATIVIDADE

- 1) Diversos filósofos dedicaram-se a refletir sobre a ética e política das sociedades. Alguns nomes tornaram-se bastante conhecidos e influenciaram muitos outros pensadores. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:
 - a) Para Maquiavel, a sociedade, sem a existência da política, vivia em constantes conflitos e guerras, a que chamava de estado de natureza.
 - b) Os sujeitos, em seu estado de natureza eram perversos. Sendo assim, segundo Rousseau, a política seria capaz de conduzi-los à pureza e à bondade.
 - c) Aristóteles defende a política como forma de organização humana, mas salienta que o indivíduo é superior ao Estado. Desse modo, a individualidade é vista em um patamar acima da coletividade.
 - d) A obra *A República*, escrita por Platão em cerca de 380 a.C., é considerada fundadora da política ocidental.
 - e) Hobbes defendia que um governante deveria tentar ser temido e, ao mesmo tempo, amado. Mas, caso não pudesse ser os dois, deveria optar pelo primeiro.

O funcionamento ideal da política: Locke e Montesquieu

Neste momento, veremos as principais contribuições de dois pensadores com relação à política: John Locke, que realiza críticas ao Absolutismo e à origem da legitimidade do poder político, e Montesquieu, que versa sobre a limitação do poder por meio de um governo constitucional e sobre a divisão dos poderes de Estado.

John Locke (1632-1704)

Conhecido como o filósofo que concedeu de forma mais contundente as bases para o liberalismo político, John Locke (1632-1704), ao longo de sua trajetória, ocupou-se de temas como a Teoria do Conhecimento, apoiando a corrente empirista, que sugere que a experiência apreendida por meio dos sentidos desenvolveria o conhecimento. Locke também se ateu às áreas da educação, da ética e da religião, sendo ainda situado, na história da Filosofia Política, na qualidade de um contratualista, enquanto pensador que se interessou pela reflexão quanto ao modo como os indivíduos se organizaram em sociedade por meio de um consenso, ou um contrato social, definindo quem exerceria autoridade sobre quem.

Não podemos deixar de lado, para a compreensão do pensamento de Locke, o contexto no qual o pensador estava inserido. De origem inglesa, o filósofo se articula em meio ao debate entre os defensores da monarquia absolutista – membros da Coroa Inglesa e da burguesia comercial ascendente –, já fortalecida na Inglaterra o suficiente para cobrar a limitação dos poderes reais, adotando uma forma de governo mais liberal politicamente. É nesse cenário que eclode a Revolução Gloriosa, em 1688-1689. A vitória dos interesses da burguesia inglesa limita o poder real e contesta a sua suposta autoridade divina, materializada pela “Bill of Rights”, de 1689, documento que é um dos pilares para o sistema constitucional britânico.

Defensor da limitação dos poderes monárquicos, Locke escreve dois tratados sobre o governo civil no final do século 17. No primeiro ensaio, dentre outras ideias, refuta a origem divina da autoridade governamental herdada de Adão, proposta pelo

patriarcalismo de Robert Filmer. No segundo ensaio, dispõe sobre a construção das propostas de sociedade civil, vinculadas ao direito natural e ao pacto do contrato social.

O estado de natureza

O percurso de organização da sociedade civil, para John Locke, pressupõe a existência de um estado anterior à criação do governo, um estado natural no qual impera a liberdade e igualdade entre os indivíduos.

John Locke descreve o estado de natureza como um lugar onde não há governo exercendo qualquer poder sobre as pessoas como ocorre nas sociedades políticas, pois ainda que naturalmente o homem não devesse prejudicar a outrem em sua vida, saúde, liberdade ou posses (II, § 6), não há uma lei conhecida por todos ou imposta pelos homens para que sirva de parâmetro. Cada um está livre para decidir suas ações e colocar a disposição tudo que possui da forma que achar correto ou conveniente (II, § 4), sem estar vinculado a nenhuma outra vontade ou permissão para agir de tal forma. (NETTO, 2007, p.77)

Para o pensamento político de Locke, o estado de natureza, apesar de ter, como características, a liberdade e a igualdade, não é um estado sem limites à ação, mas traz ao homem a responsabilidade de aplicar as regras naturais, aquelas que regulam e submetem as condutas individuais a não prejudicar a vida, a saúde e as posses alheias. Cabe ao próprio homem ser juiz dos transgressores dessas regras, sendo legítima a punição dos infratores. Se alguma conduta ameaça o direito de autoconservação de alguém, a punição deverá vir na mesma medida, possibilitando a percepção, por parte do transgressor, de que sua ação é nociva ao coletivo, servindo ainda como exemplo para que os demais não cometam o mesmo equívoco.

Mesmo com uma visão mais pacífica do que a do estado de natureza conflituoso proposto por Hobbes, o Estado natural de Locke tem, em si, problemas. Como um homem poderia ser juiz de algo, sem julgar em causa ou interesse próprios? O que

afastaria as paixões dos julgamentos morais e da autoridade? Para o filósofo, os governos absolutistas trariam os mesmos problemas do estado de natureza, já que com que legitimidade apenas um homem exerceria autoridade sobre uma grande população sem estabelecer os seus interesses em detrimento da multidão de súditos. Desse modo, não podemos confundir o estado natural com um período longínquo na História, pois, para Locke, o estado natural é também encontrado em sociedades contemporâneas tanto a ele, quanto a nós (NETTO, 2007).

A superação do estado de natureza, para Locke, estaria na construção de um pacto social, que por meio do consentimento da sociedade legitimaria a transferência da autoridade para um governo único, que estaria submetido à vontade da maioria da população. A legítima autoridade emanaria da necessidade e interesse do povo, formando um contrato entre a população e o governante, situando Locke na categoria de filósofo contratualista, por essa visão. Ao mesmo tempo, o direito à rebelião, para o pensador, é legítimo caso o governante não cumpra com suas obrigações para com o povo, o que retiraria sua legitimidade enquanto autoridade, que só teria sentido se o contrato fosse respeitado.

John Locke chama esta sociedade politicamente organizada de governo civil, que surge pelo pacto entre as pessoas, que consentem em abdicar as suas liberdades irrestritas pela submissão da lei clara e conhecida por todos; de um juiz imparcial para aplicá-las; e de um poder legítimo para dar apoio às sanções, pois somente desta forma as suas vidas, liberdades e bens (que são as propriedades privadas, II, § 123.), poderão ser garantidas. (NETTO, 2007, p. 77)

Para Locke, portanto, o contrato do pacto social legitimaria a autoridade governamental, afastando-se de propostas que garantissem o estabelecimento de um governo por meio de prerrogativas divinas ou absolutas, evocando a população para a busca pela superação do estado de natureza como medida para a justificação da autoridade

Montesquieu

A formação e organização dos Estados modernos não podem ser compreendidas sem se considerar a influência do pensador e político francês Charles de Montesquieu. Em sua obra mais importante, *O Espírito das Leis*, de 1748, delineia suas principais formulações teóricas sobre formas de exercício do poder e da legitimidade da autoridade política.

Montesquieu, membro da aristocracia francesa e detentor do título de barão, está relacionado diretamente ao contexto do Iluminismo, que ocorreu na França durante meados do século 17, e, conjuntamente com outros filósofos de renome, tais como Voltaire e Rousseau, contribuíram para pavimentar os rumos do pensamento racional e científico enquanto pontos-chave na filosofia ocidental.

De modo mais direto:

Em *O Espírito das Leis*, trabalho de vinte anos, Montesquieu analisa as relações que as leis têm com a natureza e os princípios de cada governo, desenvolvendo a teoria política que alimentou as ideias do constitucionalismo, que, em síntese, buscava distribuir a autoridade por meios legais, de modo a evitar o arbítrio e a violência. Apresentou também a tripartição dos poderes que, além de dar estruturação racional ao Estado, tratava de uma forma natural de distribuição, controle e limitação do poder político. (BASTOS; ALENCAR; SOUZA, p. 47, 2009)

Assim, Montesquieu trata, de modo geral, da limitação dos poderes do monarca absolutista, modelo de governo presente em grande parte das nações europeias da sua época, inclusive no caso da França, no qual o rei concentra toda forma de autoridade em suas mãos. Na ótica da teoria proposta pelo pensador, a vontade do monarca deveria ser limitada pela Constituição, que teria, na previsão de leis escritas, o extremo do exercício do poder real.

A contenção dos abusos do poder ganha força com a repartição dos poderes de Estado, que deveriam ser controlados pelo próprio poder. A obra de Montesquieu propõe a repartição em três distintos poderes que visam

Assegurar a moderação do poder mediante a “cooperação harmônica” entre os poderes do Estado, de forma a conferir uma legitimidade e uma racionalidade administrativa a tais poderes estatais, que devem e podem resultar num equilíbrio dos poderes sociais. Na contemporaneidade, a Ciência Política reconhece que um dos pressupostos do Estado Democrático de Direito é a existência de três poderes independentes e harmônicos: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. (BASTOS; ALENCAR; SOUZA, p. 48, 2009)

Essa tripartição independente dos poderes de Estado funciona da seguinte forma: cabe ao Legislativo, sob uma perspectiva fiscalizadora, criar, organizar e revogar leis; ao Judiciário, julgar, de forma geral, o não cumprimento das leis e, ao Executivo, a administração pública e execução das leis.

FIQUE POR DENTRO

Um dos principais pontos da obra do filósofo francês Montesquieu é a prerrogativa da previsão de um texto constitucional para a limitação do abuso de poder político, controlando um poder que se proponha absoluto.

Como em outros países, no Brasil, a Constituição dá a orientação geral das leis nacionais. Mas você conhece o texto previsto em nossa carta magna? Apesar das inúmeras emendas, o seu texto atual ainda conserva inteira coesão com o que foi promulgado em 1988. Muitas vezes, é uma ilustre desconhecida da própria população.

Para saber mais, acesse o link disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 05 fev. 2019.

Por meio do entendimento de que é real e presente a falibilidade humana, a observância dos erros e abusos que possam ser cometidos diante de um exercício de poder torna-se um dos pontos fundamentais da abrangência de Montesquieu na teoria política moderna.

Embora a obra de Montesquieu *O Espírito das Leis* tenha sido escrita no século XVIII, a atualização do pensamento do filósofo encontra-se no fato de ter revelado uma das fontes do poder político moderno, a lei, tratando-a de forma científica. Supera a tradicional abordagem legalista e estuda as leis como uma expressão da natureza das coisas. Reconhecido já por seus contemporâneos, o trabalho de Montesquieu revela que, independentemente da espécie de governo ou regime político de um dado país, a ordem social é, em si, heterogênea e sujeita a desigualdades sociais, as mais diversas. A harmoniosa convivência entre os poderes seria uma forma de controle, em que um poder refrearia os abusos e as arbitrariedades do outro. É a teoria de freios e contrapesos. (BASTOS; ALENCAR; SOUZA, p. 49, 2009)

A perspectiva do autocontrole do poder pelo poder norteia, até nos dias atuais, um grande número de Estados já há tempos organizados dessa forma, guiados por suas respectivas Constituições e com divisão clara entre os poderes, denotando a amplitude da importância das ideias de Montesquieu para a ciência política moderna.

A teoria da tripartição dos poderes inspirou a elaboração da Constituição dos Estados Unidos da América e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A tripartição dos poderes na Constituição dos Estados Unidos teve o intuito de não permitir interferências recíprocas nem a transferência ou delegação de poderes, e na Revolução Francesa encontrou o campo certo para germinar, tendo seu grande momento na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que serviu de preâmbulo à Constituição de 1791, primeira Carta Constitucional da Europa continental. (BASTOS; ALENCAR; SOUZA, p. 49, 2009)

Podemos definir, em suma, que as preocupações de Montesquieu giram em torno de assegurar de que não haja abuso de um cidadão sob o outro, de que todos sejam iguais no exercício da lei. A liberdade política, em contraposição à tirania e ao despotismo, seria o caminho de um governo em que essa liberdade fosse garantida, por meio de um sistema de mútuo controle dos três distintos poderes, limitando as possibilidades de abuso e corrupção que a condição humana pressupõe.

ATIVIDADE

2) O filósofo britânico John Locke pode ser considerado como um membro da corrente filosófica contratualista pelo modo que entende a organização ideal da sociedade política. Assinale a alternativa correta, que corresponde à razão pela qual podemos afirmar isso:

- a) O filósofo é assim classificado por ter trabalhado por anos, antes da carreira de escritor, em um cartório de notas.
- b) O pensador é assim tratado pela História da Filosofia, pois opõe o seu pensamento a autores franceses, como Rousseau, que repudiavam a ideia do contrato social.
- c) De modo geral, podemos afirmar que Locke é contratualista, pela sua inclinação em apoiar regimes absolutistas, que têm, no contrato entre o governante e a nobreza, a legitimidade do exercício da autoridade.
- d) Locke pode ser assim chamado, porque sugere que a superação do estado de natureza para a organização da sociedade civil se dá na afirmação de um contrato entre a população e um governo com legitimidade de autoridade.
- e) Pela sugestão da afirmação de um contrato da sociedade com Deus, para o livre exercício da autoridade política.

Uma reflexão sobre sistema político brasileiro e instrumentos para a limitação dos poderes da autoridade

O Brasil, atualmente, convive com uma crise do sistema político, instaurada já desde o início da década de 2010, que consta já com alguns marcos. Por exemplo, as jornadas de protestos, de junho de 2013; o processo de impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff, que finalizou 13 anos consecutivos de governo do Executivo Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT); os desdobramentos da Operação Lava-Jato e a polarização política que deu o tom para o processo eleitoral de 2018. Tudo isso envolto em uma deterioração econômica vista a partir de 2014, com estagnação, recessão e difícil retomada do crescimento até o momento. Alguns historiadores enxergam, em

nosso tempo presente, o fechamento de um ciclo, com início na promulgação da Constituição Cidadã de 1988, findado no ano de 2016 (FERREIRA; DELGADO, 2018).



Figura 6 - A bandeira do Estado Brasileiro.

Fonte: MARIUSZ PRUSACZYK / 123RF.

Um dos grandes pontos de convergência, em grande parte dos discursos sobre a realidade política brasileira, talvez seja a de que os rumos do país devem mudar estruturalmente, ainda que por caminhos e perspectivas completamente diferentes, a depender da orientação política que se siga. Essa visão de que o Brasil tem de romper com o seu presente também não é nova. Aliás, permeia a história republicana do país desde a sua fundação, com a instauração da própria República, em contraposição à Monarquia, em 1889, pelos militares ou do Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas, que como o nome sugere, viria para inaugurar uma nova política, rompendo

laços com a República Velha, que conservava os laços da aristocracia rural brasileira como dominantes do Estado.

O golpe - ou a "revolução", como entendida pelo meio militar – ocorrido em 1964 – foi posto em prática com o discurso oficial de que havia a necessidade de se retirar o Brasil dos trilhos da corrupção e da ameaça comunista. A transição dos governos militares para a democracia, a partir de 1985, mais uma vez compreendeu a urgência da mudança na política brasileira, e que a via autoritária não seria a melhor opção para essa transformação.

Por qual razão então a transformação da realidade política brasileira é tão difícil? A desigualdade flagrante em nossa sociedade parece carecer de uma resposta. No entanto, não são simples quaisquer respostas para essa pergunta. Saídas fáceis e salvadores da pátria para resolver essa situação podem surgir, possivelmente, por uma organização política que historicamente viveu extensos períodos sob uma autoridade externa ou de uma figura central, como por todo o período colonial submetido a Portugal e de governo monárquico da realeza imperial da família Orleans e Bragança. A República brasileira também é fortemente marcada por rupturas institucionais, que ocasionaram uma fragilidade da democracia nacional e do pleno exercício da cidadania pela população, e teve, por muitas vezes, a predominância histórica de figuras autoritárias que poderiam sugerir que mudanças políticas derivam de apenas uma pessoa, como um líder presidente, por exemplo.

Partindo da via democrática reorganizada no Brasil após 1988, essa prerrogativa de fácil transformação é impossível, já que o país segue uma estrutura de tripartição dos poderes de Estado adotada por vários outros países do mundo, assim como sugerido na obra de Montesquieu. O próprio nome oficial do Estado Brasileiro já nos dá uma pista: a República Federativa do Brasil se organiza em uma união de entes federados em torno de um governo central, em que cada esfera pública e de poder exerce sua função em um complexo sistema de regulação.

Atualmente, o Executivo Federal é composto pela Presidência da República e seus ministérios auxiliares. Já o Executivo Estadual e Municipal, por governadores e prefeitos, respectivamente. O Poder Legislativo, seguindo a ordem Federal, Estadual e

Municipal é formada por deputados federais e senadores da República, deputados estaduais e vereadores, com a incumbência de debaterem e votarem projetos de leis de interesse público, sugeridos pelas casas legislativas ou pelo Poder Executivo. Já para o poder Judiciário, peguemos como exemplo, o Supremo Tribunal Federal (STF). A função geral do órgão é zelar pelo respeito à Constituição, analisando casos de ofensa ao texto constitucional, cabendo às outras instâncias do Poder Judiciário a consideração e julgamento de demais méritos.

Portanto, no Brasil, as decisões políticas são tomadas por uma grande quantidade de pessoas exercendo posições de diferentes poderes, cada qual com sua função. Para exemplificarmos de forma mais clara, considere a aprovação de alguma alteração na Constituição, os chamados Projetos de Emenda Constitucional (PEC), que impactam diretamente na organização política do país. O árduo caminho até a aprovação passa pela apreciação do projetos por comissões parlamentares, que visam analisar a constitucionalidade das propostas, que ao serem liberadas vão à votação em dois turnos nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado, tendo que atingir maioria de três quintos dos parlamentares (atualmente, esse número representaria 308 dos 513 deputados federais e 49 dos 81 senadores) e serem, assim, promulgadas pelo Presidente da República, caso não haja proposta de alteração da emenda pelo Senado.

O exemplo anterior demonstra a dificuldade de transformações políticas no Brasil, que passam por decisões de uma grande quantidade de pessoas, de diferentes orientações e com incumbências diversas, atravessada por negociações e debates políticos. Os instrumentos para a limitação da autoridade pressupõem longos processos de modificações políticas, que, ao passo que limitam a promoção de mudanças, também agem na supressão de possíveis abusos.

ATIVIDADE

3) Assinale a alternativa que corresponde corretamente, de forma geral, as funções dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, respectivamente:

- a) Revogar leis, julgar os criminosos e revisar a Constituição.
- b) Executar as leis vigentes e administração pública, criar e revisar leis e julgar o descumprimento das leis.
- c) Executar os condenados, nomear os agentes públicos e administrar os bens públicos.
- d) Distribuir assistência social, regular a distribuição e julgar os excessos.
- e) Cuidar da segurança interna, regular as fronteiras e estabelecer as relações diplomáticas.

A permanente ameaça aos ideais democráticos

Com frequência utilizamos a palavra democracia, mas você sabe o que ela significa? Podemos compreendê-la como uma possibilidade de regime político em que a soberania é exercida pelo povo por meio do sufrágio universal, que é o direito de participar do processo eleitoral de governantes, ou seja, de poder eleger os seus representantes e também de poder ser eleito.

A democracia moderna, como a entendemos nos dias atuais, é diferente em diversos pontos do entendimento que se tinha em Atenas, na Antiguidade Clássica.

Grande parte dos países ocidentais orienta-se pela democracia. Contudo, existem também várias críticas e apontamentos sobre a amplitude e real existência desse regime em diversos governos, assim como acontecimentos que colocaram em ameaça ideais democráticos.

Estudaremos, neste momento, alguns governos do século 20 que representaram riscos autoritários à democracia, como o fascismo, o nazismo e o stalinismo e, posteriormente, veremos algumas ameaças à democracia no contexto brasileiro.

Fascismo

Definir o conceito de fascismo é uma tarefa complicada, pois trata-se de um sistema político que influenciou diversos regimes, variando profundamente de um país para outro. Focaremos, aqui, em como esse regime ocorreu na Itália, liderado por Benito Mussolini, entre 1922 e 1943.

O regime fascista surgiu com a promessa de restaurar sociedades que haviam sido destruídas pelo conflito, prometendo gerar riquezas a uma nação verdadeiramente forte. A palavra fascismo tem origem do latim *fascio* (feixe), sendo o *fascio littorio* um dos principais símbolos do regime.

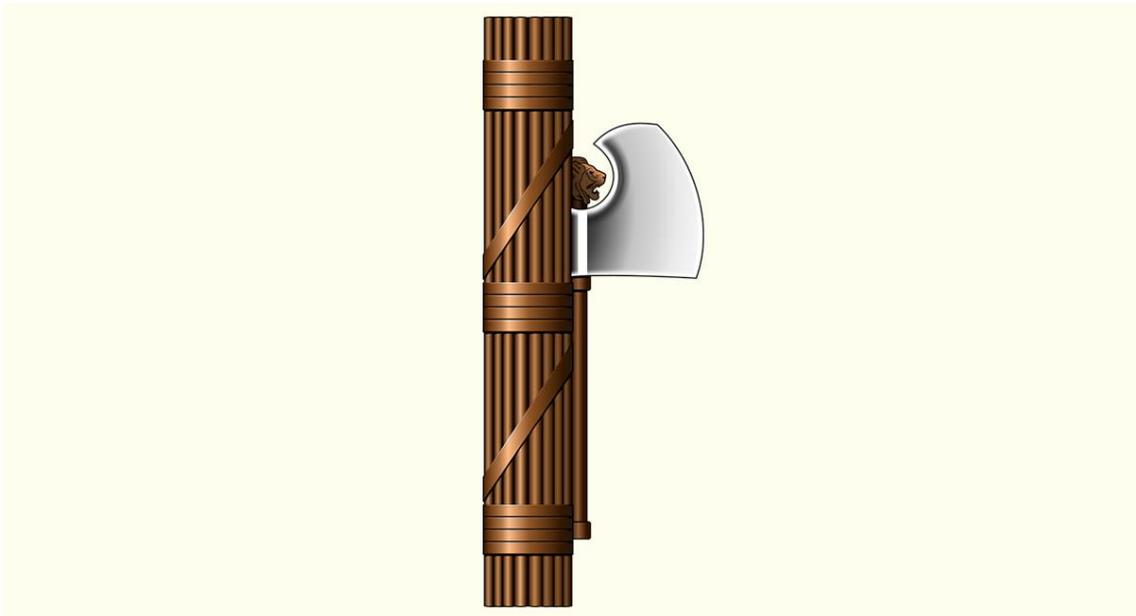


Figura 7 - *Fascio littorio*, usado como um dos principais símbolos do regime fascista.

Fonte: Ianker / Wikimedia Commons.

O regime fascista tinha, como característica, o nacionalismo, pois defendia que era necessário realizar qualquer sacrifício em nome da nação, que era vista como um bem supremo. Para contribuir para o sentimento nacionalista da população, foram utilizados propagandas, símbolos, músicas e bandeiras. Vale pontuar também que a censura dos meios de comunicação era bastante presente, visando ao controle da população e à integralidade do regime vigente.

Em qualquer regime, a propaganda é estratégica para o exercício do poder, mas adquire uma força muito maior naqueles em que o Estado, graças à censura ou monopólio dos meios de comunicação, exerce rigoroso controle sobre o conteúdo das mensagens, procurando bloquear toda atividade espontânea ou contrária à ideologia oficial. (PEREIRA, 2003, p.102)

O autoritarismo também é característica presente nesse tipo de regime, pois o governante é considerado líder e o mais preparado para saber as necessidades dos cidadãos, sendo assim, sua autoridade era indiscutível. A título de exemplo podem ser citados os sindicatos de trabalhadores e de patrões criados no período do governo de Mussolini, que deviam estar submetidos à supervisão do Partido Nacional Fascista, fazendo com que todos estivessem, obrigatoriamente, obedecendo aos ideais do governo.

Houve investimento massivo em armas e guerras, pois acreditava-se no uso da força e da violência como formas de atingir objetivos. A ênfase no militarismo era bastante presente, tendo, soldados e militares, papel de destaque.

A liberdade e a igualdade dos sujeitos não são valorizadas, pelo contrário, são vistas como ameaças. Diversos direitos humanos não foram respeitados durante a vigência do governo fascista, na Itália.

Nazismo

O nazismo, ocorrido na Alemanha, assemelha-se, em muitos pontos, ao regime fascista que ocorreu na Itália, por exemplo, com relação ao autoritarismo, nacionalismo.

Na década de 1920, a Alemanha vivenciava uma grave crise, tanto econômica quanto moral, desencadeada pela derrota na Primeira Guerra Mundial e da assinatura do Tratado de Versalhes, que oficializou a derrota alemã e impôs sanções ao país, como perda de territórios e proibição de uso de algumas armas.

Criado em 1920 e liderado em 1921 por Adolf Hitler, o Partido Nazista, propunha mudanças para as condições em que a Alemanha vivia. Contudo, após a morte do presidente Von Hindenburg, Hitler chegou ao poder, em 1933, intitulou-se Führer – "líder", em alemão –, e foi instaurado, então, o chamado *Terceiro Reich*.

A raça ariana era considerada superior a todas as outras. O antissemitismo e o preconceito foram, portanto, características marcantes do governo nazista. Durante o governo de Hitler, milhões de judeus e grupos minoritários, como negros e homossexuais, foram mortos e torturados.

Stalinismo

Entre 1927 a 1953 ocorreu, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o governo de Josef Stalin, o stalinismo. Com a morte de Lênin, Leon Trotsky, líder do exército vermelho e Stalin, chefe do Partido Comunista, lutavam pelo poder da URSS, em meio a diversas divergências políticas. Stalin, por exemplo, defendia que o socialismo deveria ser desenvolvido somente na Rússia; já Trotsky acreditava que a revolução socialista deveria ser espalhada por todo o mundo.

Stalin, ao assumir o poder, governou com características bastante autoritárias. Significativa parte da população vivia com limitação de liberdade de expressão e, caso contrariasse o governo, poderia ser morta, deportada ou exilada.



Figura 8 - Josef Stalin comandou a União Soviética até sua morte, em 1953.

Fonte: Mishu57 / Wikimedia Commons.

O stalinismo foi um regime político autoritário, caracterizando-se pela presença de um único partido, comandado ditatorialmente pelo seu líder. As decisões deveriam ser tomadas pelo Estado, que possuía também controle sobre as esferas sociais e individuais da população, controlando a produção econômica, a arte desenvolvida e as produções científicas e intelectuais.

Ameaças democráticas no Brasil

O Regime Militar no Brasil ocorreu entre os anos de 1964 e 1985. Por se tratar de um período extenso de nossa história, é difícil o definirmos de forma breve. Contudo, nosso objetivo, neste momento, é analisar e refletir como ele representou ameaças à democracia brasileira.

Durante esse período, o Congresso Nacional e todos os partidos políticos foram dissolvidos, permanecendo apenas dois: o **Movimento Democrático Brasileiro (MDB)** e a **Aliança Renovadora Nacional (ARENA)**, que eram formados por militares.

Diversos nomes governaram o país nessa época: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985).

Muitas pessoas foram mortas e torturadas durante o regime militar. Agressões físicas, por meio de palmatórias, paus de arara, choques elétricos, afogamentos, além de violências psicológicas foram utilizados durante o regime contra pessoas que se opunham ou representavam ameaças ao governo.

O ano de 1985 é considerado marco final da Ditadura Militar no Brasil, com influência do movimento Diretas Já, somado pelo descontentamento da população com relação à inflação e recessão enfrentadas pelo país na época.

Tancredo Neves foi eleito, pelo voto indireto, presidente do país, porém, devido a problemas de saúde, faleceu antes de assumir. O cargo ficou então para seu vice, José Sarney, que governou o país até 1990.

A primeira eleição direta que ocorreu no Brasil após a Ditadura Militar foi em 1989, pela qual foi eleito Fernando Collor de Mello.

REFLITA

Durante as eleições presidenciais de 2018 ocorreram diversos debates sobre possibilidades de ameaças aos ideais democráticos brasileiros com relação ao candidato, posteriormente eleito presidente, Jair Bolsonaro.

Algumas revistas e jornais bastante conceituados mundialmente, como a *The Economist*, noticiou que Jair Bolsonaro era uma ameaça para a América Latina. O britânico *Financial Times* fez uma publicação, afirmando que Bolsonaro seria uma possibilidade de “destino trágico do Brasil com a rebelião antidemocrática surgindo novamente”.

No decorrer da campanha, Jair Bolsonaro destacou, em algumas transmissões via redes sociais, que a democracia não estava em jogo nas eleições e que seria escravo da Constituição.

E você, o que pensa sobre isso? Acredita que seu governo pode, de alguma forma, ameaçar ideais democráticos? Se sim, de que forma? Se não, por que não? Ao refletir sobre essas questões, lembre-se de que um dos princípios básicos da democracia é a convivência entre visões divergentes.

Outro momento da história brasileira que tem gerado discussões a respeito de possíveis ameaças à democracia foi o *impeachment* de Dilma Rousseff. A presidente havia sido reeleita democraticamente para governar, do início de 2015 ao fim de 2018. Entretanto, em 2016 foi destituída do cargo, assumindo seu vice, Michel Temer.

As denúncias que deram início ao processo de *impeachment* se constituíram por crime de responsabilidade, por duas ações de gestão: as chamadas “pedaladas fiscais”, que consistem em manobras que visam simular saldos positivos nas contas governamentais, e os decretos para obter abertura de créditos suplementares, que poderiam fazer com que o governo gastasse além do previsto no orçamento federal.

O processo foi marcado por diversas polêmicas, gerando debates e discussões em relação à legitimidade da retirada de Dilma do cargo, de possíveis interesses de sua saída e de ameaças à democracia brasileira.

ATIVIDADE

4) A democracia moderna pode ser definida como um sistema político em que o povo é soberano, ou seja, os cidadãos elegem os governantes que os representarão. No século 20, diversos acontecimentos mundiais podem ser considerados ameaças aos ideais democráticos, como os regimes nazista, fascista e stalinista. Sobre esses regimes é correto afirmar:

- a) O stalinismo foi um movimento social ocorrido na Rússia, que visava conter todos os sindicatos de trabalhadores, considerados uma ameaça para o governo vigente.
- b) Em um contexto de Guerra Fria, o nazismo e o fascismo podem ser compreendidos como regimes de esquerda e, o stalinista, como de extrema direita.
- c) Na Itália e Alemanha, locais onde ocorreram os regimes fascistas e nazistas, diversas pessoas foram mortas e torturadas. Contudo, na URSS, local onde ocorreu o stalinismo, houve retirada dos direitos políticos democráticos, mas não ocorreram violações aos direitos humanos.
- d) O nazismo foi um regime liderado por Mussolini, na Itália, que acabou perseguindo e matando milhares de judeus, acontecimento que ficou conhecido como Holocausto.
- e) A presença de um único partido, comandado ditatorialmente pelo seu dirigente, é uma das características do regime stalinista, ocorrido na URSS.

INDICAÇÃO DE LEITURA

Nome do livro: *Dicionário de política*

Editora: Editora UNB

Autor: Norberto Bobbio, Nicola Matteucci, Gianfranco Pasquino

ISBN: 8523003088

Na obra *Dicionário de política*, os autores organizam uma grande quantidade de verbetes e de autores que o definiram o vocabulário político. O livro se constitui pertinente para o enriquecimento do entendimento de conceitos tratados em toda a unidade e que, às vezes, são utilizados no cotidiano sem o devido rigor. Ao longo de suas mais de 1.300 páginas, a obra é de grande valia para qualquer estudo ou aprofundamento na área de teoria política.

INDICAÇÃO DE FILME

Nome do filme: *Adeus, Lênin!*

Gênero: Comédia dramática

Ano: 2004

Elenco principal: Daniel Brühl, Katrin Sass, Chulpan Khamatova

O filme aborda parte da vida da senhora Kerner, que, em 1989, próximo à queda do muro de Berlim, entra em coma e fica desacordada durante os dias que marcam a consolidação do regime capitalista. Ao despertar, já em 1990, sua cidade, Berlim Oriental, encontra-se bastante modificada. Alexander, seu filho, decide então esconder inúmeros acontecimentos, com medo de que isso prejudique sua saúde. Quando a senhora Kerner deseja assistir televisão, Alexander se vê em apuros e precisa contar com a ajuda de um amigo diretor de vídeos.

UNIDADE IV

Ética e Contemporaneidade

Patrick Trento

Introdução

Nesta unidade, trataremos sobre algumas reflexões acerca de certos temas éticos que rondam a sociedade contemporânea e as suas implicações morais para a atualidade.

Vamos, primeiramente, compreender possíveis consequências do aumento do consumo e da produção. Por um lado, o desenvolvimento tecnológico nos possibilitou o acesso a diversos serviços e itens que nos trazem conforto e comodidade. Por outro, tal desenvolvido trouxe impactos significativos no meio ambiente e nas relações humanas.

Em um segundo momento desta unidade, abordaremos outros temas que envolvem a ciência no século em que vivemos: o uso de máquinas e robôs e a existência de guerras biológicas, as quais podem ameaçar a humanidade.

Outro tema tratado será a relação entre os corpos e a tecnologia, ou seja, quais os impactos, na ética e na saúde, de os seres humanos estarem em busca da longevidade e da eterna juventude. Além desse tema, veremos como o campo da Engenharia Genética tem se desenvolvido e as consequências éticas e morais que podem surgir, caso consigamos criar seres humanos geneticamente modificados.

Por fim, vamos ponderar se existem valores éticos e morais válidos universalmente. Mais do que trazer respostas, essa unidade pretende estimular a reflexão e trazer questionamentos sobre questões éticas e morais que envolvem diversos temas de nossa sociedade atual.



Fonte: Denis Ismagilov / 123RF.

Ciência e Tecnologia: o ônus e o bônus para o conforto material

Quando conversamos com uma pessoa mais velha, é comum essa pessoa nos dizer que as formas de consumo, antigamente, eram bastante diferentes. Por exemplo, poucas pessoas possuíam uma televisão ou uma geladeira, itens considerados, hoje, básicos em uma residência. Quando se comprava algo, tal objeto deveria durar anos, diferentemente de vários itens que, atualmente, são vistos, praticamente, como descartáveis.

Os avanços tecnológicos e a expansão do capitalismo neoliberal impulsionaram o consumismo. Por um lado, o aumento do consumo nos trouxe possibilidades de conforto material, mas por outro, temos uma série de implicações, como as condições de trabalhado para a produção, a matéria-prima utilizada e o descarte de itens, fatos que influenciam significativamente no meio ambiente.

A sociedade do consumo

Na sociedade em que vivemos, segundo Jean Baudrillard (1995), existe um consumo exacerbado de bens, produtos e serviços, por isso o autor a denomina Sociedade do Consumo. Ainda de acordo com Baudrillard (1995), nossa sociedade cultua e admira o novo, o que também favorece o surgimento de objetos inéditos em rápida velocidade. Podemos citar, a título de exemplo, o desenvolvimento de tecnologias com relação à fabricação de televisores. Todos os anos, vemos surgir uma nova tecnologia com relação a esses aparelhos, o que nos faz sempre ter a sensação de que nosso televisor está velho e ultrapassado.

Para Baudrillard (1995), nós vivemos, hoje, o tempo dos objetos, pois existimos de acordo com o ritmo em que eles são criados e substituídos. Em outras gerações, segundo o autor, os objetos e os instrumentos sobreviviam às gerações humanas, mas atualmente observa-se o contrário, pois nós os vemos nascer, produzir-se e morrer.

O consumo faz parte do nosso cotidiano. Deste modo, Baudrillard (1995) considera importante estudar as relações entre os sujeitos e o consumo. Para o autor, não consumimos mais coisas, e sim signos, pois o signo, juntamente com a mercadoria,

produz uma incorporação de diversas associações imagéticas e simbólicas, tornando as mercadorias mais atraentes.



Figura 4.1 - Sociedade em constante consumo

Fonte: rawpixel / 123RF.

Muitas pessoas, ao adquirirem um produto, estão mais interessadas no significado que ele pode ter do que, necessariamente, na sua funcionalidade. Quando compramos uma camiseta de uma marca bastante conceituada, por exemplo, estamos, também, interessados em adquirir o significado que possuí-la pode nos trazer, para além de considerarmos que se trata de uma peça que pode vestir e proteger nosso corpo.

Raros são os objetos que hoje se oferecem isolados, sem o contexto de objetos que os expressem. Transformou-se a relação do consumidor ao objeto: já não se refere a tal objeto na sua utilidade específica, mas ao conjunto de objetos na sua significação total (BAUDRILLARD, 1995, p. 17).

Ainda segundo Baudrillard (1995), vivemos, também, em uma sociedade de desperdício, pois com frequência queremos algo novo, mesmo quando o antigo item está, ainda, funcionando perfeitamente. A vida útil dos objetos tem diminuído cada vez mais. Nesse sentido, o mesmo autor aborda, também, o conceito de obsolescência calculada. Assim, a mídia e a publicidade contribuem, e muito, para a redução da vida útil dos objetos, fazendo com que alguns produtos rapidamente “saíam de moda”, o que cria novas necessidades para os sujeitos.

Baudrillard não é o único autor a se dedicar a refletir sobre a sociedade atual e o consumo. Outros pensadores renomados, como Zygmunt Bauman, também fizeram diversos apontamentos. Para Bauman (2008), a sociedade de nossos antecessores era uma sociedade de produtores, e a sociedade atual é uma sociedade de consumo.

Na sociedade contemporânea, segundo Bauman (2008), as pessoas são avaliadas pela capacidade de consumir. Um bom lugar na sociedade é garantido, somente, quando o sujeito exerce sua competência de consumidor, a qual é estimulada a ser exercida continuamente. Caso um sujeito se recuse a estar nessa lógica, ele é excluído de uma sociedade que visa o consumo.

Vimos algumas considerações sobre o consumo e a relação com a sociedade, a partir de algumas perspectivas de dois autores: Bauman (2008) e Baudrillard (1995). O aumento do consumo, contudo, produz diversas consequências, que podem ser vistas como positivas e/ou negativas. Neste momento, você está sendo convidado(a) a aprender e refletir sobre as vantagens advindas do aumento da produção e do consumo e, por outro lado, sobre as implicações que podem ser geradas.

Vantagens do consumo

Definir, exatamente, as vantagens advindas do aumento do consumo é algo relativo, pois depende dos parâmetros utilizados, ou seja, depende do que consideramos como algo bom e vantajoso.

Aqui, serão considerados alguns itens produzidos com o desenvolvimento científico e tecnológico, os quais trouxeram certo conforto para os sujeitos, como a possibilidade

de nos comunicarmos com alguém distante por meio de telefones ou da internet, ou a de cozinhar nossos alimentos com bastante rapidez com fogões elétricos ou a gás.

Vamos usar como exemplo o desenvolvimento dos celulares nos últimos 20 anos. No início dos anos 2000, o aparelho celular, para muitos, era encarado como um artigo de luxo. Isso porque, para sua aquisição, era necessário desembolsar muito dinheiro, e as ligações realizadas também não eram nada baratas.

Em poucos anos, a indústria de celulares modificou-se rapidamente. Hoje, o celular é considerado um item indispensável para muitos e um aparelho eletrônico de amplo acesso. Com a popularização da internet e a fabricação de *smartphones*, podemos realizar diversas tarefas utilizando nosso aparelho celular, tarefas essas que vão muito além de uma simples ligação, uma vez que é possível tirar fotos, fazer publicações em redes sociais, realizar transações bancárias, verificar a previsão do tempo etc.



Figura 4.2 - Mudanças nos aparelhos celulares ao longo dos anos

Fonte: Gianni Furlan / 123RF.

Assim como os celulares, diversos outros itens tornaram-se populares. Esse é outro ponto que pode ser considerado uma vantagem: o acesso de grande parte da população a itens de consumo.

Pessoas de diferentes classes sociais possuem, hoje, acesso ao consumo. O capitalismo é um sistema que visa o lucro, mas para que o lucro ocorra, necessita-se não apenas do processo de produção, mas também do consumo.

Os carros, por exemplo, também são itens que se tornaram popular. Hoje em dia, muitas pessoas possuem um carro, o que facilita a locomoção para diferentes lugares.

O desenvolvimento da indústria farmacêutica também merece destaque. O Brasil conseguiu praticamente erradicar diversas doenças por meio da vacinação, como a varíola e a poliomielite, esta última conhecida, também, como paralisia infantil. O aumento do consumo de medicamentos, contudo, é algo bastante preocupante, pois acaba trazendo vícios e prejuízos para os indivíduos.

Tendo como entendimento que não existem apenas vantagens ou desvantagens do aumento do consumo é que caminharemos para o próximo item, buscando evidenciar alguns possíveis prejuízos advindos do aumento do consumo.

Consequências do aumento do consumo e da produção: possíveis implicações

Existem diversas consequências do consumo exacerbado que poderiam ser destacadas como prejudiciais. Focaremos, aqui, em duas categorias: o meio ambiente e as condições do processo de produção.

A lógica consumista traz diversos impactos para o meio ambiente, tanto com relação ao uso de matérias-primas e consequências da produção como em relação ao descarte de itens. Diversos recursos naturais não são renováveis, como o petróleo, amplamente utilizado na atualidade.

Os recursos hídricos se encontram amplamente comprometidos. A água é um item utilizado para produzir quase todos os itens de consumo. Além disso, com frequência, indústrias e a própria população acabam poluindo os recursos hídricos.

O Rio Tietê é um exemplo de recurso hídrico que sofreu grandes impactos com o processo de produção e urbanização. Ele localiza-se no estado de São Paulo e possui cerca de 1150 km de extensão. Um dos trechos do rio cruza a região metropolitana da cidade de São Paulo, sendo localizada nas margens a Marginal Tietê. Nessa região, o rio encontra-se extremamente prejudicado, com acúmulo de lixo e esgoto. Estima-se que cerca de 690 toneladas de esgoto são lançadas no rio todos os dias.



Figura 4.3 - Trecho do Rio Tietê na cidade de São Paulo, Brasil

Fonte: Fernando Mafra / Wikimedia Commons.

Um grande problema que enfrentamos, atualmente, é o descarte de lixo eletrônico. Consumimos diversos aparelhos e os descartamos na natureza, contaminando o solo e os lençóis freáticos. A destruição do meio ambiente tem sido uma questão bastante discutida, contudo poucas ações de enfrentamento são realizadas.

Outro ponto a ser abordado é que diversos países desenvolvidos acabam explorando recursos naturais de outras nações, o que colabora para a manutenção da pobreza e da desigualdade.

FIQUE POR DENTRO

A Fundação SOS Mata Atlântica é uma Organização Não Governamental (ONG) criada em 1986 no Brasil, com o objetivo de preservar o que ainda resta da Mata Atlântica e aprimorar o patrimônio material e cultural elaborado e exercitado por diversos grupos que residem na região.

A Mata Atlântica Brasileira foi extremamente destruída desde o início da colonização, inicialmente com a extração do pau-brasil e, posteriormente, com o cultivo de café e cana-de-açúcar. A Mata possui importante papel na manutenção dos recursos hídricos disponíveis em diversos estados brasileiros, contudo estima-se que, atualmente, exista apenas 7% de sua cobertura original.

Alguns dos papéis realizados pela Fundação SOS Mata Atlântica incluem, dentre outros:

- a produção de dados;
- o mapeamento e o monitoramento da cobertura florestal do bioma;
- campanhas;
- estratégias de ação no campo de políticas públicas;
- educação ambiental;
- restauração florestal.

Para saber mais, acesse o *link*: <<https://www.sosma.org.br>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O aquecimento global é considerado, atualmente, um problema ambiental de extrema urgência, que pode gerar graves consequências para a humanidade. A principal causa é o acúmulo de gases de efeito estufa na atmosfera, gerados, principalmente, pelo uso de combustíveis fósseis, pelo desmatamento, por queimadas e por atividades industriais. Para se ter uma ideia, o século XX foi o período mais quente desde a última glaciação, havendo um aumento médio de 0,7°C nos últimos 100 anos.

Como consequência, o aquecimento global pode gerar significativas modificações na fauna e na flora de todo o planeta, como o derretimento de grandes massas de gelo em regiões polares (o que pode aumentar o nível do mar, destruindo cidades litorâneas), o aumento de desastres naturais (como inundações, tempestades e furacões) e diversas mudanças climáticas (como secas e desertificações). Tais modificações influenciam diretamente, também, na produção de alimentos.

Na tentativa de propor enfrentamentos para essas questões, ações e pactos foram realizados, como o Protocolo de Kyoto, que foi um acordo internacional entre os países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) firmado no ano de 1997, tendo como objetivo reduzir a emissão de gases que causam o efeito estufa e o aquecimento global. Para isso, foram criadas diretrizes com o intuito de amenizar impactos ambientais causados pelos modelos de produção e consumo existentes atualmente.



Figura 4.4 - Consequências do aumento do consumo no meio ambiente

Fonte: Aleksandr Ivassenko / 123RF.

Abordaremos também, neste momento, as condições de produção dos itens que consumimos. Para se produzir em grande escala, necessita-se de mão de obra. Em diversos locais do mundo, ainda vemos condições de trabalho análogas à escravidão, ou seja, sub-humanas.

No Brasil, há casos assim em diversas atividades econômicas da zona rural, como a pecuária, o cultivo de cana-de-açúcar, soja e algodão e a produção de carvão. Em grandes centros urbanos, tal fato também ocorre, como nos ramos da construção civil e da confecção têxtil.

O trabalho infantil, também, é uma realidade em muitos países, fazendo com que diversas crianças não consigam ter acesso à educação, ao lazer e à cultura, o que prejudica profundamente o desenvolvimento delas.

Vimos que o consumo e a produção trazem diversas consequências, tanto para as relações humanas como para o meio ambiente. A seguir, serão apresentadas possibilidades de diminuição de algumas dessas consequências por meio da produção e do consumo sustentável.

Produção e consumo sustentável

As possibilidades de produção e consumo sustentáveis visam minimizar impactos ambientais negativos aos sistemas de produção e de consumo, buscando, também, promover melhor qualidade de vida à sociedade.

A gestão sustentável e o uso eficiente de recursos e insumos são estimulados, contribuindo para a conservação de recursos naturais e de todo o ecossistema, bem como colaborando e incentivando a geração de trabalhos decentes e o comércio justo.

O consumo sustentável visa, também, promover a reflexão do próprio ato de consumir, fazendo com os sujeitos adquiram apenas itens que são realmente necessários e diminuindo o desperdício.

Você já parou para pensar que, muitas vezes, possuímos diversas roupas guardadas que não usamos e seguimos comprando mais? Além de gastarmos dinheiro, contribuímos com os gastos de matéria-prima necessária para a produção.

Atitudes simples no nosso cotidiano podem gerar possibilidades de consumo consciente, que geram impactos positivos tanto no meio ambiente como em seu bolso e em sua saúde. Exemplo disso é optarmos por utilizar transportes coletivos ou bicicletas, ao invés de um automóvel particular, e também dar preferência a produtos que tenham possibilidades de serem reutilizados.

Quando adquirimos um item ou serviço, é interessante pensar se, realmente, há a necessidade dessa aquisição, e pensar, também, em quais situações tal item ou serviço foi produzido.

A Economia Solidária apresenta-se como uma alternativa de consumo consciente, pois atinge dimensões econômicas, culturais e políticas. Trata-se de um conjunto de atividades econômicas de produção que apresenta possibilidades de produção e venda que visam não explorar o outro e contribuir para a manutenção e a preservação do meio ambiente, podendo ocorrer por meio de cooperativas, associações, clubes de troca, redes de cooperação etc.

ATIVIDADE

- 1) Alguns pensadores consideram que vivenciamos hoje uma sociedade do consumo. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia, assim como o advento do capitalismo, contribuíram para o aumento significativo do consumo de bens e serviços. Assinale, a seguir, a alternativa correta a respeito desse tema.
 - a) Zygmunt Bauman, conhecido filósofo contemporâneo que faleceu em 2017, considerava que vivemos em uma sociedade que tem abandonado cada vez mais o consumo industrial.

- b) A Economia Solidária mostra-se uma possibilidade de produção e consumo conscientes, uma vez que visa à preservação dos recursos naturais e da mão de obra voluntária.
- c) No livro “A Sociedade de Consumo” (1995), Jean Baudrillard diz que a sociedade tem consumido cada vez mais produtos e bens, assim como tem ampliado as relações de altruísmo entre os sujeitos.
- d) O Protocolo de Kyoto foi um acordo internacional entre países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), possuindo como objetivo a redução da emissão de gases que colaboram para o efeito estufa.
- e) O aquecimento global tem se tornado tema de debate em diversos países que apresentam clima tropical, assim como o Brasil. Países de clima mais frio, contudo, têm se recusado a assinar pactos que propõem enfrentamentos a ações que colaboram para esse fenômeno.

Ciência no século XXI: robótica e guerra biológica

Anteriormente, vimos como o aumento da produção e do consumo traz consequências para as relações entre os indivíduos e o meio ambiente. Neste momento, serão apresentadas algumas discussões e reflexões sobre outros dois temas que se relacionam com o desenvolvimento científico: o uso de robôs e máquinas e as guerras biológicas.

Homens e máquinas: a robotização na produção

As indústrias estão aumentando cada vez mais o uso de robôs e máquinas no processo de produção. As máquinas trazem certas vantagens para o produtor, como a diminuição do tempo de produção e a redução de gastos com funcionários, o que, conseqüentemente, promove o aumento dos lucros.

Por outro lado, diversas situações ocorrem devido ao uso de máquinas e robôs no processo de produção, sendo uma das principais as consequências para os trabalhadores, que são substituídos e acabam ficando desempregados.

Alguns discursos procuram argumentar que as máquinas podem, na verdade, substituir humanos em atividades que poderiam ser alienantes ou trazer prejuízos para a saúde. Na prática, entretanto, a verdadeira intenção, na maior parte das vezes, é a de aumentar a produção ou os serviços, reduzindo tempo e custos, e não necessariamente a preocupação com a saúde do trabalhador.

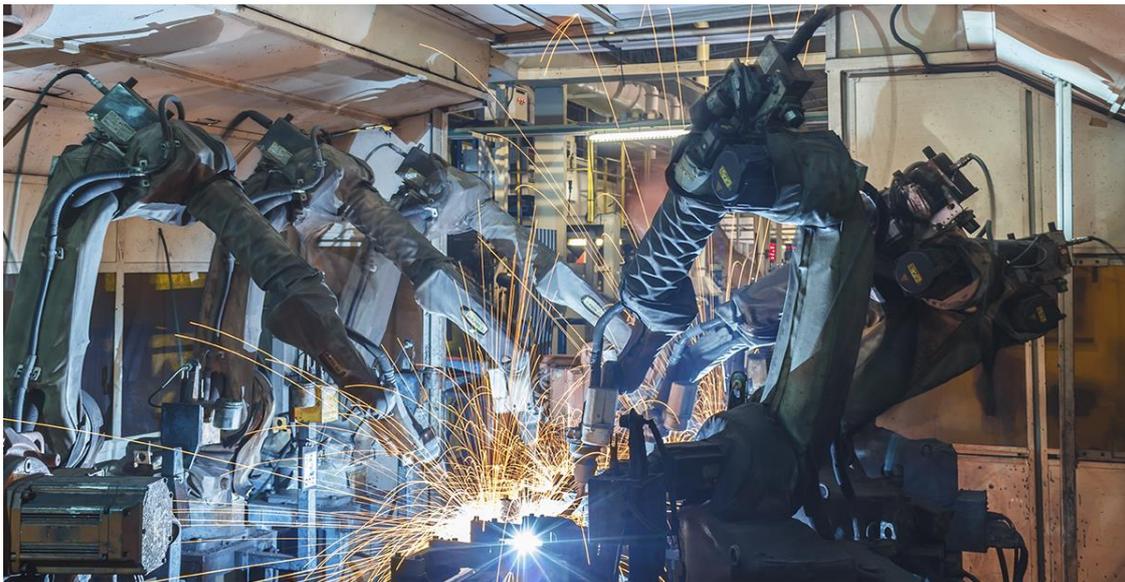


Figura 4.5 - Uso de máquinas no processo de produção

Fonte: Praphan Jampala / 123RF.

Uma das reflexões geradas é a de que o capitalismo, além de produzir, precisa, também, de pessoas que consumam os produtos e serviços ofertados. Para que isso ocorra, é necessário que exista dinheiro. Esse é um impasse, pois, com a substituição da mão de obra humana por máquinas, ocorre o desemprego, que pode trazer grandes impactos no processo de consumo.

FIQUE POR DENTRO

Em novembro de 2017, membros da iniciativa *Campaign to Stop Killer Robots* (Campanha para Parar Robôs Assassinos) apresentaram algumas preocupações com relação à utilização de robôs em guerras, durante uma reunião realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A principal aflição é a de que, caso sejam usadas máquinas de guerra inteligentes, os conflitos possam alcançar uma escala nunca antes vista. Teme-se, também, que os robôs sejam utilizados por ditadores e terroristas, o que ameaçaria significativamente as populações civis.

Outro ponto levantado é o de que os dispositivos robóticos poderiam, também, ser hackeados e, desse modo, poderiam perder parâmetros responsáveis por garantir o mínimo de segurança aos humanos.

Para saber mais, acesse o *link*:

<https://revistagalileu.globo.com/Tecnologia/noticia/2017/11/utilizacao-de-robos-assassinos-e-discutido-em-reuniao-da-onu.html>. Acesso em: 05 fev. 2019.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A ameaça do terror: uma guerra biológica?

A palavra “terrorismo” tem sido lembrada constantemente pelos mais diversos meios de comunicação e governos mundo afora, tendo lugar em manchetes e políticas internacionais na qualidade de um grande problema a ser enfrentado no século XXI. A amplitude da repercussão dos atentados às Torres Gêmeas em Nova York, em 11 de setembro de 2001, trouxe ainda mais o tema para as pautas internacionais, e o combate ao terrorismo tornou-se substancialmente presente nos debates entre as potências mundiais e nos fóruns da Organização das Nações Unidas (ONU). Mesmo o Brasil, que não figura no centro das questões sobre o terrorismo, sancionou uma lei antiterrorismo no ano de 2016, às vésperas de sediar os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, naquele ano.

Algumas considerações, porém, devem ser feitas para que não haja um olhar raso acerca do tema. A tipificação de ações terroristas segue critérios conceituais que devem ser observados com atenção. A relação direta entre a ideia de terrorismo e os ataques realizados por organizações, principalmente do Oriente Médio, com especial referência a populações islâmicas, é fruto de puro preconceito. A utilização do terrorismo como arma de guerra, apesar de ter real entrada na região, não é uma tática recente e não possui etnia, nacionalidade ou religião específicas.



Figura 4.6 - Detritos ao redor do World Trade Center em Nova York, 28 de setembro de 2001

Fonte: Andrea Booher / Wikimedia Commons.

O terror como recurso de ação já foi utilizado, por exemplo, durante o processo da Revolução Francesa (1789-1799) pelo governo dos Jacobinos, grupo liderado por Robespierre do qual a radicalização e a utilização ostensiva da guilhotina para a eliminação pública de adversários do Estado foi marca.

As ações terroristas, desse modo, são de difícil categorização e sugerem um grande número de definições e classificações diferentes, de acordo com suas particularidades. Apenas a violência dos atos cometidos não é suficiente para enquadrar um ato enquanto terrorista, ainda que seja uma das principais características do conceito.

Norberto Bobbio, filósofo político italiano, organizou um Dicionário de Política, no qual apresentou algumas indicações de elementos que compõem as ações terroristas.

Em resumo, a prática terrorista adapta-se a uma situação sócio-política particularmente atrasada, na qual é necessário *despertar* a consciência popular e fazer com que o povo passe do ressentimento passivo à luta ativa através daquele que poderia ser definido como um verdadeiro atalho no processo do crescimento revolucionário (BOBBIO et al., 1998, p. 1242-1243).

O terrorismo não pode ser entendido como fruto de atos isolados e desconexos entre si, mas sim como uma prática ideologicamente orientada e vinculada a visões políticas, partindo da luta contra um poder estabelecido ou partindo do próprio poder, no caso do Terrorismo de Estado, o qual parte do governo de uma nação contra a sua população (exemplos: regime fascista, na Itália; e regime nazista, na Alemanha).

Assim, podemos citar o terrorismo nacionalista, partindo de lutas por separação territorial e independência de regiões, e o terrorismo de organizações criminosas, com fins econômicos, ideológicos e religiosos, partindo de grupos narcotraficantes, paramilitares e fundamentalistas religiosos, utilizando o terror como arma de combate.

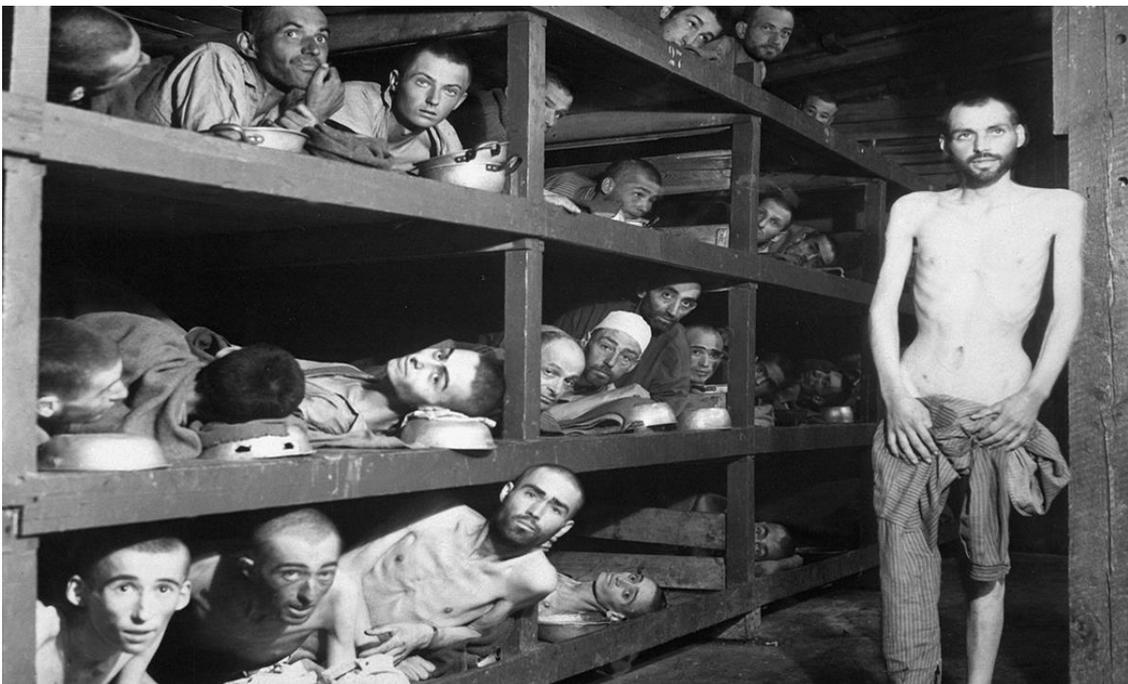


Figura 4.7 - Campo de concentração nazista

Fonte: Private H. Miller / 123RF.

As armas de caráter biológico são exemplos das armas mais usadas nas ações terroristas. Existem registros da utilização desse tipo de arma que datam de épocas longínquas, não sendo, ainda, exclusividade do terrorismo moderno o efetivo emprego da biologia nos campos de batalha. A guerra com armas biológicas pode ser definida como aquela que aproveita recursos oferecidos por micro-organismos ou toxinas produzidas por eles, com a finalidade de prejudicar ou eliminar adversários sob diversas

formas, por exemplo, com gases e líquidos que possuam a capacidade de atingir uma extensa quantidade de pessoas.

Consta que o homem de Neanderthal teria colocado fezes de animais nas flechas para aumentar seu poder letal, e que legionários romanos contaminavam os poços de seus inimigos com carcaças de animais. Em 1346, os tártaros lançavam cadáveres de pessoas mortas por peste para dentro dos muros da cidade sitiada de Caffa. Em 1763, o exército britânico na América, em guerra com os franceses, mandou cobertores e lenços previamente utilizados num hospital para pacientes com varíola para os índios Delaware, aliados dos franceses (CHRISTOPHER et al., 1997 apud SILVA, 2001, p. 1520).

O desenvolvimento científico tem sido revertido para fins militares há muito tempo, mas os conflitos vistos ao longo do século XX, especialmente os combates das duas Guerras Mundiais, inauguraram uma nova escala na produção da morte, agora em nível industrial (HOBSBAWM, 1995). A biologia não escapa desse contexto, uma vez que, nos dias atuais, com os novos desafios enfrentados, esse é um tema que deve vir a ser bem recorrente nos debates.

Quais as fronteiras entre o desenvolvimento científico e as formas de aplicação desse conhecimento? As práticas terroristas, cada vez mais disseminadas como formas de ataque, aliadas ao poderio das armas biológicas, representam um risco à vida no século XXI?

A discussão ética na ciência entra em questão: quando um conhecimento científico pode se tornar um risco a nós mesmos? O exercício responsável e ético da ciência constitui-se como imprescindível para que não sejam repetidos casos de violência e terror, tanto de organizações criminosas quanto de Estados estabelecidos, contra populações civis e minorias populacionais.

ATIVIDADE

- 2) Nas últimas décadas, tem ocorrido um aumento significativo do uso de máquinas e robôs no processo de produção. Algumas consequências desse aumento que podem ser elencadas são:
- a) Possibilidade de desemprego, contaminação mecânica e perda da qualidade de produtos.
 - b) Diminuição de gastos com funcionários para o produtor, perda da qualidade de produtos e aumento do valor de bens duráveis.
 - c) Possibilidade de desemprego, diminuição de gastos para donos de meios de produção e falta de mercado consumidor.
 - d) Aumento do valor de bens não duráveis, possibilidade de desemprego e contaminação mecânica.
 - e) Falta de mercado consumidor, aumento do tempo de produção e diminuição de gastos com funcionários.

Corpos e tecnologia: a busca pela longevidade e o uso da Engenharia Genética

Entraremos em contato, neste momento, com as discussões sobre a tecnologia e os corpos. Serão abordados dois temas: o primeiro diz respeito à busca dos sujeitos pela longevidade e pela eterna juventude; e, em um segundo momento, serão apresentadas discussões acerca da Engenharia Genética, suas limitações éticas e implicações.

A busca humana pela longevidade e pela eterna juventude

Esse tema tem ganhado notórias discussões nos últimos anos. Diversos itens como cremes e medicamentos, além dos procedimentos estéticos, surgiram com a promessa de promover a longevidade e garantir a juventude humana. Quais são os limites éticos e saudáveis que envolvem esse tema? Que implicações podem ocorrer? Vale tudo para ter uma aparência jovem e uma vida prolongada?

Não devemos perder de vista que as demandas de uma sociedade refletem, também, naquilo que tem sido valorizado e visto como necessário por ela, ou seja, se hoje existe a oferta de itens e serviços que prometem a longevidade e a juventude, é porque tais assuntos têm sido considerados importantes em nossa sociedade.

A expectativa de vida humana aumentou bastante nos últimos anos. No Brasil, por exemplo, o homem vive, em média, de 72 anos e cinco meses, e a mulher vive, em média, 79 anos e quatro meses, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (OLIVEIRA, 2017, *on-line*).

Ainda segundo o IBGE, desde 1940 até 2016, o aumento da expectativa de vida dos brasileiros foi de 30,3 anos (OLIVEIRA, 2017, *on-line*). As razões para esse aumento são várias, como a melhora da qualidade de vida, a redução da mortalidade infantil, o uso de medicamentos e vacinas capazes de conter diversas doenças, dentre outras.

Os brasileiros estão vivendo mais, mas a velhice ainda é vista com bastante preconceito. A busca pela eterna juventude, hoje, tem impacto na vida de toda a sociedade. Também existem, contudo, algumas diferenças na forma como o envelhecimento é visto em relação a homens e mulheres.

Cobra-se muito que as mulheres tenham uma aparência sempre jovem. A indústria de cosméticos, por exemplo, tem crescido significativamente, lançando cremes, maquiagens e outros produtos que prometem deixar a mulher mais bela.



Figura 4.8 - A busca pela juventude tem sido cada vez mais valorizada

Fonte: Evgeny Atamanenko / 123RF.

Algumas reflexões cabíveis sobre o tema são:

- Quais são os limites na busca pela juventude?
- Quais são os benefícios e as consequências da busca pela longevidade humana?
- Como buscar a longevidade e a juventude de forma segura e saudável?

Essas questões trazem à tona a necessidade de utilizarmos o desenvolvimento científico em conciliação com nossa saúde. Os procedimentos, os medicamentos e os outros itens utilizados devem apresentar resultados satisfatórios, mas também seguros. A busca por uma vida longa deve contemplar, também, a felicidade, a satisfação e o bem-estar do indivíduo.

Engenharia Genética: seremos capazes de criar humanos geneticamente modificados?

A Engenharia Genética trata da manipulação direta do genoma de um organismo utilizando biotecnologia. A área contempla um conjunto de tecnologias que se baseiam na tecnologia do DNA recombinante, visando à alteração da composição genética dos seres vivos para a produção de organismos novos ou melhorados.

No início da década de 1970, a tecnologia do DNA recombinante passou a ser definida. Em uma amostra contendo moléculas do DNA de interesse, ou DNA doador, são usadas enzimas de restrição, capazes de cortar o DNA e isolar fragmentos de ácidos nucleicos. Tais fragmentos são introduzidos ao cromossomo vetor e, dessa forma, é possível formar moléculas de DNA recombinante.



Figura 4.9 - Genoma humano

Fonte: polesnoy / 123RFÇ

Posteriormente, ocorreu a clonagem de DNA. Esse processo foi realizado em laboratório, buscando reproduzir espécies geneticamente iguais. A ovelha Dolly, em 1996, foi o primeiro mamífero clonado, vivendo cerca de seis anos. No Brasil, o primeiro mamífero clonado foi a bezerra Vitória, em 2001.

A chamada clonagem reprodutiva visa reproduzir um ser idêntico a outro já existente. Para isso, células de um organismo são retiradas e extrai-se o núcleo, que é o local onde se encontra o material genético. Depois, esse núcleo é inserido em um óvulo sem núcleo. Quando o óvulo começa a se dividir, ocorre a formação de um embrião, o qual é implantado no útero de uma fêmea da mesma espécie do organismo que foi clonado.

Já a chamada clonagem terapêutica engloba a formação de células de determinado órgão, o qual pode ser, por exemplo, o coração, o fígado ou o rim. As

células-tronco podem substituir células doentes dos órgãos, fazendo com que estas voltem a funcionar regularmente.

Cientistas chineses relataram, no fim de 2018, que criaram bebês geneticamente modificados. Segundo o geneticista He Jiankui, foi realizada uma modificação nas gêmeas Nana e Lulu, por meio de uma técnica de edição genética, que agora, supostamente, as protege contra o vírus da AIDS.

Notícias como essas nos fazem refletir acerca do campo da Engenharia Genética: seremos capazes de criar humanos geneticamente modificados? Quais podem ser as implicações éticas envolvidas nesses processos?

ATIVIDADE

3- A busca pela eterna juventude é algo bastante presente nas sociedades atuais. Por um lado, buscar hábitos saudáveis, na tentativa de manter-se jovem, pode trazer consequências positivas; por outro, o uso de diversas substâncias e cirurgias, por exemplo, pode trazer várias complicações. Sobre o tema em questão, é correto afirmar que:

- a) Na Grécia Antiga, havia uma valorização oposta da que vemos atualmente, isto é, a ideia de beleza era associada, especificamente, à velhice.
- b) A cobrança e o desejo de juventude interferem da mesma forma na vida de homens e mulheres, fazendo com que muitos optem por procedimentos clínicos.
- c) A busca constante pela juventude possui relação, também, com a desvalorização da velhice na contemporaneidade.
- d) A expectativa de vida dos brasileiros tem diminuído nas últimas décadas, o que faz com que exista cada vez mais busca por cirurgias plásticas.
- e) Todas as ações voltadas para a conservação da juventude, apesar de trazerem benefícios estéticos, são prejudiciais à saúde.

Existem valores morais e éticos válidos universalmente?

Existem valores éticos universais, presentes atemporalmente em qualquer cultura ou sociedade? O que podemos inferir a partir da leitura dos conteúdos propostos neste material é que diversas visões acerca da ética e do seu exercício são possíveis. Foram exemplificadas, aqui, algumas perspectivas baseadas nas visões de diferentes filósofos.



Figura 4.10 - Igualdade

Fonte: rawpixel / 123RF.

Como parte integrante da filosofia, a ética se volta para a reflexão de juízos e valores humanos, sob a perspectiva de apreciar suas virtudes ou desqualificações, para a organização de determinada sociedade, ou ainda em um âmbito universal. O desenvolvimento da reflexão ética filosófica no Ocidente, que remonta à Grécia Clássica, pavimentou um longo caminho, que foi percorrido por pensadores de diferentes épocas e lugares no intento de delinear valores que possam ser compartilhados pela humanidade.

De modo geral, a dificuldade em estabelecer valores universais reside na própria natureza da atribuição de valores. Como sugere Friedrich Nietzsche (1844-1900), a tarefa da filosofia não estaria em revelar os significados verdadeiros ocultos por trás da aparência superficial da realidade, isto é, alcançar a essência do mundo. Valores éticos são juízos construídos socialmente no tempo e no espaço, mutáveis e ajustados à condição humana.

REFLITA

Você conhece a Declaração Universal dos Direitos Humanos? Esse texto, elaborado após os conflitos e as barbáries ocorridas na Segunda Guerra Mundial, tem por objetivo nortear preceitos básicos para a consolidação de uma perspectiva ética mais igualitária para as sociedades humanas. Foi proposta em 1948 pela recém-criada, na época, Organização das Nações Unidas, com a colaboração de várias pessoas de diferentes culturas ao redor do planeta, sendo composta por 30 artigos.

Atualmente, os debates acerca da ampliação ou da violação em relação aos direitos humanos fazem parte da ordem do dia de políticas nacionais e internacionais, dividindo opiniões, mas, inegavelmente, impactando nas direções que a humanidade tem tomado desde a sua declaração, em 1948. Você considera que os direitos humanos são efetivados de forma satisfatória em nosso país?

Fonte: Elaborado pelo autor.

SAIBA MAIS

Para saber mais sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, acesse:

<<http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/direitoshumanosnobrasilperspectivasnofinaldoseculo.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conhecer o mundo e a sua realidade seria possível, mas não de forma absoluta. Assim, a interpretação de valores transitórios, e não a revelação de significados imutáveis, constituir-se-ia no caminho para colocarmos em perspectiva valores éticos e conhecê-los em sua humanidade.

Esse perspectivismo proposto por Nietzsche não se confunde com um relativismo total, no qual não há quaisquer referenciais, ou seja, uma realidade em que nenhum valor ético possa ser ancorado em algum pressuposto para o bem-estar da vida humana. O que de fato deve chamar atenção é a ausência da possibilidade de manifestação de verdades eternas para o comportamento ético das pessoas.

Intentos de reunir os anseios éticos de toda a humanidade, como a Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão de 1789, no contexto da Revolução Francesa, ou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU em 1948, têm de ser compreendidos à luz de suas historicidades. A universalidade proposta nesses projetos diz respeito a valores que são compartilhados nos dias atuais por um grande número de sujeitos, não por serem valores supremos, mas por se conectarem com a identidade cultural dessas pessoas.



Figura 4.11 - Eleanor Roosevelt e a Declaração Universal dos Direitos Humanos

Fonte: Civvi~commons wiki / Wikimedia Commons.

Tomando como exemplo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a noção de liberdade, igualdade e dignidade de toda a humanidade, contida no documento, refere-se a processos históricos particulares de conquista e luta por esses direitos. Tal noção refere-se, também, a humanos que compartilham dos mesmos valores por estarem em relação direta e serem herdeiros desse passado de lutas que produziu essa noção de liberdade e igualdade enquanto direito de todos, não de uma revelação da essência de um valor absoluto.

A universalidade de valores, portanto, deve ser pensada como possível na qualidade de um compartilhamento ético básico de preceitos aceitos e validados por uma diversidade de povos e culturas, que não manifesta valores absolutos descobertos pela humanidade. Logo, o universal difere-se de supremo, de eterno, sendo que a existência de valores universais está diretamente condicionada às contingências histórico-sociais da vida coletiva.

ATIVIDADE

4) Acerca da problemática da existência de valores éticos universais e de acordo com os conteúdos da unidade, assinale, a seguir, a alternativa correta.

- a) Valores éticos supremos foram descobertos já na Antiguidade Grega.
- b) Valores universais são aqueles referentes ao mundo cristão.
- c) A Declaração Universal dos Direitos dos Homens e do Cidadão é a única fonte verdadeira de uma ética possível.
- d) A universalidade de valores éticos está relacionada às contingências sócio-históricas da vida humana.
- e) Nenhum valor transitório deve ser levado em consideração para uma ética absoluta.

INDICAÇÕES DE LEITURA

Nome do livro: Admirável mundo novo

Editora: Globo de Bolso

Autor: Aldous Huxley

ISBN: 978-85-250-4661-1

A narrativa escrita por Huxley se passa no ano 634 d.F (depois de Ford), em que o Estado científico totalitário zela por todas as pessoas. Os seres humanos nascem de proveta e são condicionados para terem comportamentos preestabelecidos. Já não existem mais algumas convenções, como a ideia de família ou os papéis de pai e mãe. Relacionamentos intensos, que promovam fortes emoções entre os sujeitos, são proibidos e considerados fora da normalidade. Nesse contexto, Bernard Marx é um sujeito bastante infeliz, com um desejo por não solidão, que não consegue mais ver prazer na promiscuidade compulsória. No livro, Huxley aborda as consequências de uma sociedade capitalista, industrial e tecnológica, em que a ciência é o grande ídolo e as vontades, os sentimentos e as experiências dos sujeitos não fazem mais sentido.

INDICAÇÕES DE FILME

Nome do filme: Eu, Robô

Gênero: Ficção Científica

Ano: 2004

Elenco principal: Will Smith, Alan Tudyk e Bridget Moynahan

O filme se passa no ano de 2035, tempo em que a utilização de robôs é frequente para a realização de diversos serviços. Todos os robôs possuem um código de programação chamado de Lei dos Robóticos, com o objetivo de impedir que eles representem uma ameaça para os humanos. Contudo, Dr. Miles aparece morto e o principal suspeito do crime é o robô Sonny. Esse acontecimento lança a possibilidade de os robôs terem conseguido encontrar formas de quebrar a Lei dos Robóticos, o que faria com que os

humanas já não conseguissem mais dominá-los. Para investigar e solucionar o caso, o detetive Del Spooner e a Dra. Susan Calvin são acionados. Poderiam os robôs dominar o mundo e oferecer riscos para a existência humana?

CONCLUSÃO DO LIVRO

Caro(a) aluno(a), este livro pretendeu abordar temáticas que estão em sintonia com questões vinculadas a diversos campos de atuação profissional do mundo contemporâneo. Nesse sentido, assuntos como a ética filosófica e profissional, os modos de conceber o mundo e até mesmo temas políticos e perspectivas para o século XXI foram o centro de nossos estudos.

Em um modo mais detalhado, na primeira unidade o foco esteve em trabalhar diferentes aspectos que envolvem a ética profissional, especificamente, voltando o olhar para os Códigos de Ética das áreas da saúde, do direito, das engenharias, das ciências contábeis e da administração. A ética em relação ao consumidor e à humanidade, implícita em todos por meio da possibilidade da falha, foi, também, um ponto de interesse.

Na segunda unidade, em primeiro plano, foi apresentada a proposta de refletirmos sobre a relação do indivíduo com a sociedade e sua responsabilidade com a coletividade. Ainda, mesmo que de modo sucinto, diferentes teorias do conhecimento foram descritas, como o Idealismo e o Materialismo, além de ideias sugeridas por Aristóteles, Agostinho e Kant sobre como se portar diante do mundo em que vivemos e o que seria uma vida orientada por atitudes éticas. Por fim, a segunda unidade desenhou um horizonte no qual a liberdade para escolhermos nossas ações se entrelaça com problemáticas da cidadania, a partir de conceitos de Sartre e Lukács.

Partindo dessas propostas, a terceira unidade aprofundou-se em tópicos políticos. A própria política, como conceito de convivência e relação pública entre as pessoas, foi colocada por meio da visão dos gregos antigos (Platão e Aristóteles) e dos modernos (Hobbes, Maquiavel e Rousseau), sempre com o pano de fundo de trazer ao debate o contrato social como condição para a existência política dos homens. Para o restante da unidade, foi reservado espaço para apontamentos acerca do funcionamento ideal da política, tanto na teoria de Locke e Montesquieu quanto no atual Estado Brasileiro, destacando o funcionamento de importantes instituições e poderes, além de possíveis ameaças aos ideais democráticos.

Para a quarta e última unidade, foi pertinente a abordagem de conteúdos que estiveram alinhados com panoramas de impacto na sociedade atual, em razão do mundo no qual vivemos, em que o consumo torna-se cada vez mais presente e a preocupação crescente com as questões ambientais emerge. A ciência e a tecnologia, que ocupam cada vez mais nosso cotidiano, foram, também, alvo de considerações, com reflexões sobre os caminhos ora afirmativos, ora problemáticos percorridos pelo conhecimento em nosso século.

Esperamos que os conteúdos tenham sido válidos para suscitar a reflexão sobre os temas que abrangem a filosofia e a ética, e que os temas discutidos contribuam para um exercício profissional mais crítico e consciente.

Até uma próxima oportunidade!

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, 2018. Disponível em:
<<https://www.pucsp.br/pos/cesima/schenberg/alunos/paulosergio/politica.html>>.

Acesso em: 12 dez. 2018.

BASTOS, I. L. G.; ALENCAR, J. C. de; SOUZA, S. E. P. Os princípios de governo, a natureza das leis e a tripartição de poderes segundo Montesquieu. **Revista da Escola de Administração**, 2009.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

BAUMAN, Z. **Vida para Consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BETONI, C. Fascismo. **InfoEscola**, 2018. Disponível em:
<<https://www.infoescola.com/historia/fascismo>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BORGES, I. R; RODRIGUES, M. C. **Ética e Responsabilidade Profissional**. Canoas: ULBRA, 2011.

BRASIL. Código de Ética Profissional da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia. **Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)**. 9. ed. 2014. Disponível em:
<http://www.confea.org.br/media/codigo_etica_sistemaconfea_8edicao_2015.pdf>.

Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Resolução CFC nº 803, de 10 de outubro de 1996. Aprova o Código de Ética Profissional do Contador (CEPC). **Conselho Federal de Contabilidade**. Disponível em: <<http://www.institutonacional.com.br/downloads/C%C3%B3digo%20de%20C%C3%89tica%20do%20Profissional%20Contador.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

_____. Resolução CFM nº 1.931, de 17 set. 2009. Aprova o Código de Ética Médica. **Conselho Federal de Medicina (CFM)**. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/codigo%20de%20etica%20medica.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Resolução CFP nº 010, de 21 de julho de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Conselho Federal de Psicologia (CFP)**, ago. 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

_____. Resolução COFEN nº 564, de 6 de novembro de 2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. **Conselho Federal de Enfermagem (COFEN)**. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html>. Acesso em: 05 fev. 2019.

_____. Resolução Normativa CFA nº 353, de 9 de abril de 2008. Aprova o novo Código de Ética Profissional do Administrador (CEPA) e o Regulamento do Processo Ético do Sistema CFA/CRAs, e dá outras providências. **Conselho Federal de Administração**. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/ckeditorfiles/cod_etica_administrador_.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019.

CANHAS, I. Engenharia Genética. **InfoEscola**, 2018. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/biologia/engenharia-genetica>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE AUTORREGULAMENTAÇÃO PUBLICITÁRIA. **Página Inicial**. Disponível em: <<http://www.conar.org.br>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

ÉTICA profissional: o que é e qual a sua importância. **SB Coaching**, 05 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.sbcoaching.com.br/blog/carreira/etica-profissional-importancia/>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

EXPECTATIVA de vida dos brasileiros aumentou, diz IBGE. **Portal G1**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/11/29/expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumentou-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O Brasil Republicano: o tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016**. São Paulo: José Olympio, 2018.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GONÇALVES, M. H. B.; WYSE, N. **Ética e trabalho**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1997.

GUERRA, L. A. Democracia, **InfoEscola**, 2018. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/politica/democracia>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

HOBBS, T. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HELLER, A. **Teoría de los sentimientos**. México: Coyoacán, 1999.

KANT, I. et al. Resposta à pergunta: que é esclarecimento. **Textos seletos**, v. 3, p. 63-71, 1985.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo editorial, 2012.

MACIEL W. Thomas Hobbes. **InfoEscola**, 2018. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/biografias/thomas-hobbes>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

MARLI, M. Expectativa de vida do brasileiro sobe para 75,8 anos. **Agência IBGE**, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18469-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-75-8-anos>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

MEDEIROS, A. M. **A ética socrática**. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/a-etica-socratica/>>. Acesso em: 05 dez. de 2018.

_____. Platão. **Sabedoria Política**, 2018. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-antiga/platao>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MEDEIROS, J. L. G. As implicações da teoria de Marx para a ética: uma interpretação a partir da “obra ontológica” de Lukács. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 275-304, out. 2011.

MENESCAL, A. A M. **A ideia de justiça e a formação da cidade ideal na República de Platão**. Dissertação (Mestrado em Filosofia)–Departamento de Filosofia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

NETTO, A. G. F. Do estado de natureza ao governo civil em John Locke. **Revista do Direito Público**, v. 2, n. 2, p. 75-90, 2007.

OLIVEIRA, A. R. **Ética profissional**. Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.

OLIVEIRA, N. de. Expectativa de vida do brasileiro é de 75,8 anos, diz IBGE. **Agência Brasil**, 01 dez. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e->

inovacao/noticia/2017-12/expectativa-de-vida-do-brasileiro-e-de-758-anos-diz-ibge>.

Acesso em: 06 fev. 2019.

PEREIRA, W. P. Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo. **História: Questões & Debates**, v. 38, n. 1, 2003.

POLÍTICA. **Mundo Educação**, 2018. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/politica>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

PRODUÇÃO e consumo sustentáveis. **Ministério do Meio Ambiente**, 2018. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

RIBEIRO, P. S. Rousseau e o contrato social. **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/rousseau-contrato-social.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

SALDANHA, N. **Ética e história**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

SILVA, L. J. da. Guerra biológica, bioterrorismo e saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, nov./dez., 2001.

SOS Mata Atlântica. **Página Inicial**, 2019. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

SOUZA, M. A. de. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, 2012.

SROUR, R. H. **Poder, cultura e ética nas organizações: o desafio das formas de gestão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

STALINISMO na URSS. **Toda Matéria**, 2018. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/stalinismo-na-urss>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

SUZUKI, N.; CASTELI, T. Trabalho escravo ainda é uma realidade no Brasil. **Carta Educação**, 2018. Disponível em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/aulas/fundamental-2/trabalho-escravo-e-ainda-uma-realidade-no-brasil>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

UTILIZAÇÃO de "robôs assassinos" é discutida em reunião da ONU. **Revista Galileu**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Tecnologia/noticia/2017/11/utilizacao-de-robos-assassinos-e-discutido-em-reuniao-da-onu.html>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

WEBER, M. Ação social e relação social. In: Martins J.S.; FORACCHI M. (Org.). **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.